

# GOVERNO LULA ENFRENTA BIG TECHS



Governo apresenta medidas para proteger a infância nas redes e responsabilizar big techs, com apoio da AGU. “O Brasil não pode aceitar que nossas crianças sejam exploradas por algoritmos e pela falta de responsabilidade das plataformas digitais”, afirmou Lula.

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 19 de agosto de 2025 N° 203

Governo acelera regulação das plataformas e AGU aciona Meta por erotização infantil

Deputados do PL concentram a maioria dos processos em análise no Conselho de Ética

Trump liga para Putin em reunião com europeus, e Lula recebe telefonema do líder russo

Livro que resgata a memória da classe trabalhadora está disponível para download gratuito

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente:** Paulo Okamoto

**Vice-presidente:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Áraabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

## CONSELHO CURADOR

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.**

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

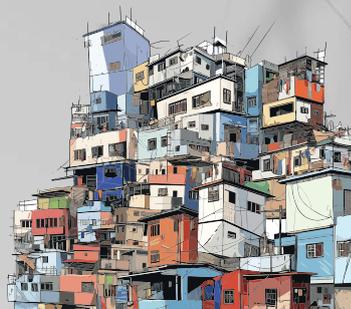
## »» PROGRAMA Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

▶ ACOMPANHE : ▶ /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores





# Proteção

O governo Lula acelera a regulação das plataformas digitais com projetos de lei, ação da AGU contra a Meta e apoio ao “ECA Digital”. A ofensiva busca proteger crianças e adolescentes e impor deveres de responsabilidade às big techs. **pág. 04**

## CARTA AO LEITOR

A esquerda brasileira encontra seu horizonte

**pág. 04**

## CAPA

Governo anuncia projetos para regular big techs e proteger crianças no ambiente digital; AGU aciona Meta

**pág. 06**

## BRASIL

COP30: Belém terá 53 mil leitos e governo promete conter preços abusivos

**pág. 09**

Vereadores do PT protocolam projetos de lei para apoiar cursinhos populares

**pág. 11**

## ECONOMIA

Lula defende economia solidária e conferência nacional define 80 propostas

**pág. 14**

## POLÍTICA

Deputados do PL concentram a maioria dos processos em análise no Conselho de Ética, incluindo Eduardo Bolsonaro

**pág. 16**

Lula em entrevista a Reinaldo Azevedo: “Brasil não está mais de joelhos”

**pág. 18**

“Planto comida, não ódio”: Lula planta uva no Alvorada e manda recado a Trump

**pág. 21**

O papel da juventude na história: rebeldia e esperança

**pág. 22**

## PT

Comunicação do PT lança o “Podcast do Edinho”

**pág. 25**

A ordem executiva de Donald Trump, por Lindbergh Farias e Jaldes Meneses

**pág. 26**

A COP 30 e os preços em Belém

**pág. 29**

## CULTURA

Livro que resgata a memória da classe trabalhadora está disponível para download gratuito

**pág. 30**

Lei Rouanet: Comissão de Incentivo à Cultura autoriza R\$ 281 milhões em projetos

**pág. 32**

Como garantir que a Lei Rouanet seja democrática e nacional?

**pág. 33**

## INTERNACIONAL

Trump liga para Putin em reunião com europeus, e Lula recebe telefonema do líder russo

**pág. 36**

Israel conduz campanha de fome deliberada em Gaza, denuncia Anistia Internacional

**pág. 38**

Bolívia caminha para segundo turno entre candidatos de direita após 20 anos de esquerda no poder

**pág. 39**



Paulo Pinto Agência Brasil

# A esquerda brasileira encontra seu horizonte

As investidas dos Estados Unidos contra o Brasil abriram espaço para a unificação das forças progressistas em defesa da soberania, da democracia e da justiça social

Alberto Cantalice

**O**s ataques sistemáticos do governo dos Estados Unidos à soberania brasileira trouxeram às forças de esquerda no Brasil uma grande oportunidade: a união de forças populares em defesa do Brasil, de sua democracia e de suas instituições.

Esse movimento aproxima grupos e sedimenta uma atuação uníssona, na mesma intensidade

com que o viralatismo de extrema direita segue operando, de forma coordenada, em todo o mundo – e já se veem movimentações parecidas em outros países em relação aos desmandos de Trump.

Não é nenhuma novidade, na história brasileira, a subordinação de agentes que operam a política e o mercado aos ditames de Washington.

Juracy Magalhães, que foi Ministro da Educação e Cultura no governo João Goulart, em plena ditadura militar, chegou ao ponto de proferir a pérola máxima do complexo de vira-lata que lhes

acomete: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Ainda nesse período, o embaixador e posteriormente político Roberto Campos foi alcunhado de “Bob Fields”, hoje reconhecida-mente um verdadeiro vassalo da Casa Branca.

## América Latina no alvo

A partir do início dos anos 1960, os EUA reeditaram uma versão da Doutrina Monroe, formulada em 1823 pelo ex-presidente James Monroe. A medida recolocou a América Latina, na prática, como uma espécie de protetorado



norte-americano.

Essa guinada intencionista teve como motivador a Revolução Cubana, em 1959, escalando na região a lógica da Guerra Fria, erigindo o espantinho do comunismo e conflitando o continente – espantinho que ainda hoje paira no discurso da direita e da extrema direita sempre que eleições presidenciais se aproximam em países latino-americanos.

No caso brasileiro, ficou como exemplo de ingerência o financiamento do antigo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade de fachada cujo aporte de milhões de dólares irrigou as candidaturas de direita e extrema direita nas eleições parlamentares de 1962, para formar maioria e emparedar o governo do presidente João Goulart.

Já é por demais conhecida a presença norte-americana nos movimentos que deram origem à série de ditaduras militares implantadas na região. Entretanto, é

a primeira vez que uma tentativa de intromissão em assuntos brasileiros parte diretamente do ocupante da Casa Branca.

Antes velada, a aplicação do tarifaço de 50% sobre produtos exportados pelo Brasil, imposta por Trump, além de uma perversão das orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que regula o comércio entre países, ofende o direito internacional ao tentar ameaçar o funcionamento do Judiciário brasileiro.

### **Unificando vozes em defesa do Brasil**

As ofensas à soberania nacional unificaram amplos setores da sociedade brasileira e impulsionaram setores da esquerda a saírem do estado de observação para a ação, com destaque para a pauta da justiça tributária, que tomou conta do debate nas redes pela taxaço dos super-ricos – medida proposta pela Fazenda do governo Lula 3.

A disputa por essa medida de justiça social já havia levado a uma grande mobilização e ganhou nova tração com a defesa da independência nacional.

Esse conjunto de fatores deverá acirrar as disputas eleitorais de 2026, tendo como foco a Presidência da República e as cadeiras do Senado Federal.

Até lá, haverá um longo caminho a percorrer, certamente com adversidades provocadas pelos quinta-colunistas, os traidores internos, incrustados em setores da sociedade brasileira.

Farão de tudo – e mais um pouco – para dificultar a caminhada das forças progressistas e a reeleição do presidente Lula.

Será posta em funcionamento a proliferação de fake news em escala industrial, agora com o potencial da produção de conteúdo por inteligência artificial capaz de replicar até rostos e vozes. É hora de unidade e coragem para avançar! ■



Joedson Alves/Agência Brasil

# Governo anuncia projetos para regular big techs e proteger crianças no ambiente digital; AGU aciona Meta

O governo Lula avança na regulação das plataformas digitais: AGU notifica a Meta, governo prepara o “ECA Digital” e dois novos projetos de lei sobre conteúdo e concorrência das big techs

Guto Alves

**A** repercussão do “caso Felca” — denúncias feitas pelo criador de conteúdo Felipe Bressanim sobre a “adultização” de crianças nas redes — acendeu um alerta no país e arrastou o tema da regulação digital para o centro do debate público.

O assunto dominou as redes,

entrou em programas de grande audiência, como Fantástico e Altas Horas, no último final de semana, e acelerou reação do governo.

Em resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe consolidaram uma ofensiva em três frentes: a ação da Advocacia-Geral da União (AGU) contra chatbots de erotização infantil hospedados na Meta, o apoio à tramitação do PL 2628/2022, conhecido como “ECA Digital”, e o envio ao Congresso de dois novos

projetos de lei que miram a regulação de conteúdo e a concorrência das big techs.

## AGU mira chatbots e exige providências imediatas

A primeira frente coube à AGU, que notificou extrajudicialmente a Meta, controladora de Instagram, Facebook e WhatsApp, pela manutenção em suas plataformas de chatbots que simulam perfis infantis e reproduzem diálogos de teor sexual.

O documento, elaborado pela Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia a partir de demanda da Secretaria de Comunicação Social, citou reportagens da Reuters e do Núcleo Jornalismo para sustentar a gravidade da denúncia.

Na notificação, a AGU pede a imediata retirada desses bots, a indisponibilização de novos recursos semelhantes e informações claras sobre quais medidas a empresa adota para proteger crianças de conteúdos eróticos.

O texto lembra que os próprios Padrões da Comunidade da Meta já proíbem esse tipo de material e destaca que, segundo decisão recente do Supremo Tribunal Federal ao julgar o Artigo 19 do Marco Civil da Internet, as plataformas podem ser responsabilizadas quando, cientes de ilícitos, não agem para removê-los.

O governo sustenta que o caso é emblemático: ao permitir a circulação de chatbots que exploram

**“Liberdade de expressão não é licença para mentir, promover ódio ou execrar a vida dos outros”, disse Lula**

a aparência e a linguagem infantil em diálogos de caráter sexual, a empresa viola a lei brasileira,

além de seus próprios termos de uso.

A atuação da AGU marca a posição de que a proteção da infância deve ser prioridade, com imposição de deveres equivalentes aos já aplicados a outros setores de serviços e consumo.

### **Macaé Evaristo: “O que é crime no físico, é crime no digital”**

Paralelamente, o Executivo busca acelerar no Congresso o andamento do PL 2628/2022, aprovado no Senado e hoje em análise na Câmara.

Conhecido como “ECA Digital”, o projeto estabelece responsabilidades às plataformas no combate a conteúdos ilegais ou impróprios, reforça ferramentas de supervisão parental e exige sistemas de verificação etária mais confiáveis do que a atual autodeclaração.

A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, foi enfática ao defender a

Fábio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil



A ministra dos Direitos Humanos, Macaé Evaristo, durante entrevista em que defendeu o PL 2628, conhecido como ‘ECA Digital’

O advogado-geral da União, Jorge Messias, reforçou que plataformas podem ser responsabilizadas por conteúdos ilícitos que atinjam crianças e adolescentes



José Cruz/Agência Brasil

proposta: “A letra da lei precisa traduzir, de forma amigável, limites e obrigações. O que é crime no mundo físico é crime no ambiente digital”, disse em entrevista ao programa “Voz do Brasil”, retransmitido em emissoras de rádio do país.

Ela acrescentou que o governo prepara um segundo projeto para tratar especificamente de influenciadores mirins e do trabalho infantil no digital, estabelecendo responsabilidades para famílias, produtores de conteúdo e plataformas.

Segundo Macaé, a legislação precisa acompanhar a realidade de um ambiente virtual que se tornou central na vida de crianças e adolescentes, mas que, até hoje, tem operado com lacunas de fiscalização.

A ministra reforçou ainda a importância do Disque 100 como canal de denúncias, agora integrado a sistemas de resposta articulados em todo o país.

Enquanto isso, o presidente da Câmara, Hugo Motta, convocou para esta semana uma comissão geral dedicada ao tema da segurança digital de crianças e adolescentes. Mais de 60 projetos tramitam sobre o assunto, mas o PL 2628 ganhou impulso após as denúncias do Felca e pode ser votado em regime de urgência para ir diretamente ao Plenário.

## **Lula anuncia regulação de conteúdo e concorrência**

No campo legislativo, Lula confirmou que o Executivo finaliza dois projetos que serão enviados ao Congresso. O primeiro tratará da regulação de conteúdo, impondo deveres de prevenção, canais de notificação de ilícitos e relatórios periódicos de moderação de riscos. O segundo abordará a regulação econômica, voltada a coibir práticas anticoncorrenciais de

grandes empresas digitais.

“Vamos regulamentar, porque é preciso criar o mínimo de comportamento e procedimento no funcionamento de uma rede que fala com crianças e adultos e pela qual, muitas vezes, ninguém assume responsabilidade”, afirmou Lula. Para o presidente, “liberdade de expressão não é licença para mentir, promover ódio ou executar a vida dos outros”.

O desenho prevê que a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a ser rebatizada

**“O que é crime no mundo físico é crime no ambiente digital”, afirmou a ministra Macaé Evaristo**

como Agência, atue como regulador setorial.

A proposta autoriza aplicação de advertência, multas e até suspensão temporária de serviços em casos de descumprimento reiterado. Diferentemente do modelo de moderação individual de postagens, a análise será sistêmica, observando condutas e políticas das plataformas em sua totalidade.

No campo da concorrência, o projeto prevê a criação de uma

Superintendência de Mercados Digitais no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), responsável por investigar e aplicar remédios contra práticas como taxas abusivas em lojas de aplicativos, venda casada e opacidade em buscadores.

## **Principais medidas e disputa política**

O núcleo da proposta em debate no Congresso inclui quatro pontos: supervisão parental simplificada; verificação de idade robusta; dever de prevenção e canais de denúncia; e separação objetiva entre caixas de recompensa de jogos infantis e mecânicas monetizadas de apostas.

Mais de 270 organizações da sociedade civil, entre elas Instituto Alana, Fundação Abrinq, Pastorais da Criança, Coalizão pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes e Fundação Roberto Marinho, assinaram manifesto em defesa da aprovação do PL 2628. “Famílias e Estado precisam do compromisso inequívoco do setor empresarial com o ECA”, registram.

A oposição, por sua vez, promete obstruir a tramitação, acusando o governo de impor “censura”. Na prática, sustenta o Executivo, esse discurso desloca o debate e protege interesses das big techs, que resistem a assumir deveres semelhantes aos de outros serviços.

## **Próximos passos**

O Planalto aguarda a resposta da Meta à notificação da AGU e pretende enviar os dois novos projetos após a votação do PL 2628.

A expectativa é de que o debate em Plenário seja acelerado, impulsionado pela mobilização da opinião pública e pelo apoio de organizações especializadas na proteção da infância. ■



# COP30: Belém terá 53 mil leitos e governo promete conter preços abusivos

Ministro do Turismo, Celso Sabino, anuncia 53 mil leitos garantidos em Belém para a COP30 e afirma que aumento da oferta ajudará a conter abusos nos preços das hospedagens

Agência Brasil

**A** cidade de Belém contabiliza 53 mil leitos garantidos para o período da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), agendada para novembro, informou o ministro do Turismo, Celso Sabino, nesta

terça-feira (19), em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro.

“Na COP do Azerbaijão, no ano passado, no dia de maior presença, tivemos 24 mil pessoas hospedadas na cidade de Baku. Para a cidade de Belém, o governo brasileiro, com a parceria com a iniciativa privada e com todas as ações feitas, já temos mais de 53 mil leitos garantidos para o período da COP”, completa.

Segundo Sabino, o governo brasileiro está cedendo mais de 2,4 mil quartos individuais para que a Organização das Nações Unidas (ONU) possa abrigar suas 196 partes e países-membros, com tarifas a partir de US\$ 100. As delegações foram divididas em dois grupos: de menor e de maior produto interno bruto (PIB) per capita.

“Esse primeiro grupo [de menor PIB per capita] terá diárias en-

**“Teremos leitos para todos e teremos preços justos para todos que virão para essa COP”.**

tre US\$ 100 e US\$ 200. E o segundo grupo, de países de maior PIB per capita, diárias entre US\$ 200 e US\$ 600. Além disso, fizemos um acordo com a rede hoteleira de Belém, que está nos garantindo entre 10% e 20% dos seus quartos por uma diária de US\$ 300.”

### **Preços altos**

O ministro falou também sobre as denúncias de abusos nos valores das diárias de hospedagens, reconhecendo a existência dessa prática, mas acentuando que não é regra geral. “Com toda essa oferta de leitos que está surgindo na cidade, temos a certeza de que alguns abusos que surgiram – e nós reconhecemos que existem alguns abusos na cobrança de preços de hospedagem, isso não é regra geral, a regra geral é essa que eu mencionei – serão compelidos, serão combatidos”, disse Sabino.

“E quem vai tomar conta desses abusos é o próprio mercado. Quando falo o próprio mercado, quero dizer que, com a grande oferta de leitos, os que estão cobrando muito caro pelos seus leitos terão duas alternativas: reduzir os preços ou ficar com seus



Fabio-Rodrigues/Pozzobom/Agência Brasil

O ministro do Turismo, Celso Sabino, nesta terça-feira (19), em entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro.

imóveis sem locar”, completa.

### **Movimentos sociais**

Questionado sobre a disponibilização de leitos especificamente para movimentos e organizações sociais com baixos recursos orçamentários para a COP30, o ministro confirmou que há grupos solicitando pagar, por exemplo, US\$ 50 na diária para participar das discussões durante o evento.

“O governo brasileiro tenta conciliar”, disse, ao citar que, na semana passada, a pasta se reuniu com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, com o secretário extraordinário

para a COP30, Valter Correia da Silva, e com o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago.

“Fechamos ali um grupo de assessores internacionais que já começou a trabalhar, identificando pontualmente quais são essas delegações, quais são esses entes que querem participar da COP e ainda não conseguiram encontrar suas habitações ou estão tendo alguma dificuldade com a nossa plataforma para que, pessoalmente, nós façamos um link entre elas e as habitações que temos disponíveis, para facilitar o encontro entre eles e a garantia da hospedagem.” ■



# Vereadores do PT protocolam projetos de lei para apoiar cursinhos populares

“Protocolação” traz medidas para permanência dos alunos e melhores condições de estrutura; política tem inspiração na rede nacional instituída recentemente por Lula

Claudia Rocha

**A**luno do Ensino Médio no período da pandemia, Caio Resende cursou dois meses de aulas presenciais, em 2020, em uma unidade da ETEC, Escola Técnica Estadual, no bairro de Perus, onde vive, na zona Noroeste de São Paulo. Na ocasião, com a perspectiva de ingressar na carreira de robótica, Caio acabou desmotivado em seguir na área, principalmente, por ter vivenciado quase toda a grade curricular na modalidade EAD (ensino à distância) devido às medidas de isolamento social, com atividades presenciais somente no último período, perto de se formar.

As dúvidas sobre quais caminhos seguir para chegar à univer-

**Mais de mil  
vereadores do  
PT em todo  
o Brasil  
apresentaram  
projetos de lei  
em defesa dos  
cursinhos  
populares  
no Dia do  
Estudante**

sidade, comuns a todos os estudantes, são ainda mais presentes na vida de jovens da periferia, que, em boa parte dos casos, têm a necessidade de começar a trabalhar mais cedo, o que deixa a preparação para o vestibular ainda mais difícil. Nesse sentido, os cursinhos populares aparecem como uma opção que, de fato, pode ser capaz de transformar vidas.

Bastante ativo, o bairro de Perus abriga a Comunidade Quilombaque, uma associação comunitária, que mantém vivas tradições culturais como o Jongo, além de promover debates políticos e eventos diversos para o conjunto de moradores. Em parceria com a Uneafro (União de Núcleos de Educação Popular para Negras, Negros e Classe Trabalhadora), em 2019, a Quilombaque passou a abrigar um também um núcleo de cursinho popular.



Caio Resende, aluno de cursinho na comunidade Quilombaque: “Eles preparam a gente também enquanto ativistas dentro da universidade”

Reprodução

Caio foi aluno do cursinho e conta com entusiasmo sobre esse momento de estudo. “Eles preparam a gente também enquanto ativistas dentro da universidade, para questionar as coisas, é uma abordagem diferente de ensino. Muito do que aprendi ali eu não tinha visto nem no Ensino Médio, nem no Fundamental; e mesmo as coisas que já tinha visto, acabei vendo a partir de outra perspectiva”, diz.

Com a preparação no cursinho da Uneafro – núcleo Quilombaque, Caio passou no vestibular da PUC-SP, onde cursa atualmente o quarto semestre de Comunicação e Multimeios, bolsista pelo ProUni.

O estudante considera importantes as atividades promovidas pelo cursinho, e destaca um pas-

seio à exposição da obra de Abdias Nascimento e as aulas a partir das letras dos Racionais MC ‘s, no processo de preparação para a redação. “Eu ficava em casa fazendo muitas e muitas redações, me preparando, escrevia muito, depois marcava de encontrar colegas na biblioteca para estudar, fazer os exercícios das apostilas”, lembra.

Diferente dos cursinhos tradicionais, as aulas nessa modalidade são ministradas por professores voluntários e, em geral, ocorrem somente aos sábados. A desistência dos alunos, pelas inúmeras dificuldades enfrentadas em conciliar trabalho e estudo, é um ponto de atenção. Dos 30 alunos que começaram junto com Caio, apenas oito chegaram ao final do ano para prestar o vestibular.

“Mesmo sendo só um dia na semana, quase todos que abandonaram foi por causa do trabalho. Uns chegavam tarde na sexta e estavam muito cansados, outros trabalhavam no sábado, era complicado dar conta de estudar, e ainda tentar ter contato com o material durante a semana”, destaca o estudante.

## Municipalização da política pública

A par da necessidade de incentivo público, mais de mil jovens vereadores petistas de diversas cidades brasileiras organizaram na segunda-feira (11), Dia do Estudante, uma ação em conjunto nas Câmaras Municipais chamada de “Protocolo dos Cursinhos Populares”, com o objetivo de viabilizar o fortalecimento e a possibilidade de ampliação dos trabalhos dos cursinhos.

Entre os vereadores envolvidos, está Luna Zarattini, eleita com expressiva votação e líder do partido na Câmara de São Paulo. A vereadora, que tem origem no

**Criada em  
março, a  
política  
nacional do  
governo Lula  
destina  
R\$ 74 milhões  
até 2027 para  
apoiar 324  
cursinhos  
populares**



Luna Zarattini

movimento estudantil, foi uma das fundadoras do cursinho popular Elza Soares, em 2018, com trabalhos na comunidade São Remo, vizinha de muro da USP, a Universidade de São Paulo. “São muros visíveis e invisíveis, que impedem que essa juventude acesse”, opina Zarattini.

Sobre o protocolo, a vereadora conta que a ideia surgiu da necessidade de propagar e fortalecer a CPOP, que é a Rede Nacio-

nal de Cursinhos Populares, do governo federal. A política pública foi instituída em março deste ano, com R\$ 74 milhões para 324 cursinhos até 2027.

De acordo com Zarattini, os projetos municipais se relacionam com medidas para assegurar alimentação, material, passe-livre e bolsas tanto para alunos quanto para os professores voluntários.

“É uma política pioneira e de muita coragem do presiden-

te Lula, é a primeira vez que um governo apoia os cursinhos populares, que, geralmente, são iniciativas de jovens recém-formados, que aplicam metodologias de Paulo Freire e que não apenas têm como foco apenas o vestibular, mas também uma formação cidadã”, afirma Luna Zarattini.

Na Câmara de São Paulo, há um grupo de trabalho sobre o assunto criado pela Comissão de Direitos Humanos e, segundo a vereadora, a ideia é buscar novos apoios e estabelecer uma Frente Parlamentar em defesa dos cursinhos populares.

### Principais desafios

Com milhares de aprovações em vestibulares concorridos Brasil a fora, o cursinho popular da Uneafro atua enquanto movimento social e esbarra cotidianamente com a questão da falta de apoio.

A rede fundada em 2009, no contexto da luta por cotas raciais, coloca como principais pontos para melhoria: os espaços físicos, pois a maior parte dos núcleos opera em locais emprestados, como igrejas, sindicatos e associações de bairro; a alta rotatividade por conta do regime voluntário dos professores; a busca por financiamento e os desafios de se manter enquanto movimento político e não uma ONG burocratizada.

“Sem apoio estruturado do poder público, os cursinhos seguem existindo apenas pela força militante. Com apoio, podem se tornar pilares de democratização do ensino superior e da justiça racial no Brasil”, aponta Douglas Belchior, um dos fundadores da rede.

O ativista do movimento negro e da educação defende que é importante que exista um diálogo concreto e direto entre o poder público e o movimento, com o entendimento das demandas, para que a política de apoio funcione. ■



Na abertura da 4ª Conaes, Lula defendeu a distribuição de renda e a regulamentação da Lei Paul Singer

# Lula defende economia solidária e conferência nacional define 80 propostas

Conferência reuniu 1.500 participantes e aprovou 80 propostas para fortalecer políticas de autogestão, cooperação e inclusão produtiva

Redação Focus Brasil

**A** 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (Conaes) encerrou no sábado (16), em Luziânia (GO), com a aprovação de 80 propostas de políticas públicas que serão entregues ao governo federal.

O resultado marca a retoma-

da de um espaço de participação social interrompido há mais de uma década e sinaliza um novo ciclo para a economia solidária no Brasil. Entre as medidas estão a criação de um ministério específico, a implementação de centros públicos municipais, um sistema nacional de finanças solidárias e a destinação de recursos do Orçamento da União para iniciativas do setor.

Mais de 1.500 participantes

acompanharam os debates e votações, resultado de um processo preparatório que mobilizou milhares de pessoas em todas as regiões do país.

Ao longo de quatro dias, o encontro reafirmou a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda e inclusão social, consolidando diretrizes para o 2º Plano Nacional de Economia Solidária.

O processo de construção da conferência envolveu 185 conferências locais, 27 estaduais e 14 temáticas, com 16 mil participantes em 1.584 municípios. Foram eleitos 968 delegados, com paridade de gênero e representatividade de jovens.

## Retomada histórica e abertura com Lula

A conferência foi aberta no dia 13 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que destacou o potencial transformador do setor.

“Basta que nos deem uma oportunidade, abram uma portezinha para nós, uma janela, que a gente pode provar que esse país pode ser altamente diferente do que foi durante muito tempo”, afirmou o presidente.

Com o tema “Economia Popular e Solidária como Política Pública: Construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação”, o evento marca a elaboração do novo plano nacional, sucedendo o de 2014.

Lula também reafirmou o compromisso de acompanhar a regulamentação da Lei Paul Singer, sancionada em dezembro de 2024, e cobrou empenho dos ministros. “Muito dinheiro na mão de poucos significa miséria, desnutrição, fome e analfabetismo. Agora, pouco dinheiro na mão de muitos significa exatamente o contrário”, cobrou o presidente.



**Presidente  
Lula destacou  
a importância  
da Lei Paul  
Singer e da  
distribuição  
de renda  
como pilares  
da economia  
solidária**

Lula abriu a 4ª Conaes em Luziânia (GO) e afirmou que a economia solidária é estratégia para inclusão social e desenvolvimento

**Compromissos do governo e falas de ministros**

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou o avanço representado pela lei e pela tramitação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias no Congresso. “A economia solidária não representa simplesmente a lógica de gerar uma ocupação e emprego, é uma alternativa da forma da economia se organizar. Vocês têm o direito legítimo, necessário, revolucionário de nos cobrar mais empenho, mais recursos, mais políticas e mais dedicação.”

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, ressaltou o simbolismo do encon-

tro: “Aqui está presente o resgate de duas políticas públicas fundamentais para o Brasil e que foram interditas por seis anos: a política de participação social e a da economia solidária”.

As propostas aprovadas

As 80 propostas foram divididas em quatro eixos: produção, comercialização e consumo; financiamento e crédito; educação e formação; e ambiente institucional. Entre as principais demandas estão a criação de um Programa Nacional de Feiras, a implementação de um Fundo Rotativo Nacional e a destinação de ao menos 0,1% do Orçamento para assistência técnica e capacitação. A plenária final também aprovou 17 mo-

ções, que integrarão o relatório da conferência.

**Economia solidária em números e perspectivas**

A economia popular e solidária reúne cooperativas, associações e grupos produtivos baseados na autogestão, cooperação e comércio justo. É vista como alternativa à precarização do trabalho e instrumento de inclusão social.

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), o setor já envolveu 27 mil empreendimentos, com 2 milhões de trabalhadores em 3.186 municípios. Em 2023, movimentou R\$ 65 bilhões, o equivalente a 2% da massa salarial nacional.

Com a consolidação do 2º Plano Nacional e a regulamentação da Lei Paul Singer, a expectativa é de que a economia solidária avance como política estruturante, ampliando oportunidades, distribuindo renda e fortalecendo territórios por meio do trabalho coletivo e cooperativo. ■



Processos  
contra  
Eduardo  
Bolsonaro  
no Conselho  
de Ética  
envolvem  
denúncias  
de quebra  
de decoro  
e incitação  
golpista

## Deputados do PL concentram a maioria dos processos em análise no Conselho de Ética, incluindo Eduardo Bolsonaro

Com 20 pedidos de cassação encaminhados, Conselho de Ética deve analisar quatro representações contra Eduardo Bolsonaro por ataques ao STF, defesa de anistia e articulação de sanções internacionais contra o Brasil.

Fernanda Otero

**O** presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, encaminhou em 15 de agosto 20 pedidos de cassação contra 10 parlamentares ao Conselho de Ética. As representações foram apresentadas por partidos políticos entre fevereiro e julho e agora entram na pauta do colegiado para análise.

Entre os deputados citados estão André Janones (Avante-MG), Gustavo Gayer (PL-GO), Lindbergh Farias (PT-RJ), Gilvan da Federal (PL-ES), Delegado Éder Mauro (PL-PA), Guilherme Boulos (PSOL-SP), José Medeiros (PL-MT), Sar-

gento Fatur (PSD-PR), Kim Kataguirí (União-SP) e Célia Xakriabá (PSOL-MG).

### Eduardo Bolsonaro no centro das representações

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é alvo de quatro pedidos de cassação. Três foram apresentados pelo PT e um pelo PSOL, todos apontando condutas que, segundo os autores, atentam contra a soberania nacional e o decoro parlamentar.

A primeira representação, de fevereiro, acusa o parlamentar de agir para “causar prejuízos incalculáveis ao Brasil, ameaçar a ordem democrática, a aplicação da lei penal e a integridade de ministros do Supremo Tribunal Federal

(STF)”.

Outra peça, protocolada em maio por Humberto Costa e Lindbergh Farias, sustenta que Eduardo teria atuado em território norte-americano “de forma sistemática e deliberada para promover ataques institucionais contra o STF e articular sanções internacionais contra autoridades brasileiras”.

Já o PSOL apresentou em julho uma representação assinada por sua presidenta, Paula Coradi, listando 12 fatos que, no entendimento do partido, configuram quebra de decoro. Entre eles, uso indevido do cargo, lobby por sanções estrangeiras, chantagem institucional, defesa de anistia para Jair Bolsonaro e ataque à soberania nacional.

O quarto pedido, aceito pela presidência da Câmara em agosto, questiona falas de Eduardo Bolsonaro em que chamou ministros do STF de “milicianos togados” e ameaçou o processo eleitoral ao afirmar que “sem anistia a Jair Bolsonaro, não haverá eleições em 2026”.

O documento também denuncia articulação com autoridades norte-americanas para retaliar investigações no Brasil, o que teria resultado em sanções comerciais e na revogação de vistos diplomáticos de ministros do Supremo.

### Tramitação no Conselho de Ética

Com a chegada dos pedidos, caberá ao Conselho de Ética designar relatores e iniciar as investigações. Se admitidas, as representações podem resultar em sanções que vão de advertência até a cassação do mandato parlamentar.

Desde o início da atual legislatura, em 2023, o Conselho já acaudou 29 representações no primeiro ano de funcionamento, contra apenas 5 em 2024. O envio dos novos processos eleva para 22 o total de representações em tramitação em 2025.

# Representações no Conselho de Ética até 15 de agosto de 2025

Número do documento	Deputado representado	Motivo requerimento/autor assinatura	Data original
Rep 1 - 30/04/2025	Gilvan da Federal (PL)	Durante a reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizadas em 29 de abril de 2025, o Representado, em flagrante abuso de suas prerrogativas constitucionais e com o animus de ferir a imagem da Ministra Gleisi Hoffmann, fez insinuações abertamente ultrajantes, desonrosas e depreciativas. Assinada pelo presidente da Casa Legislativa	30/04/2025
Rep 2	Não existe		
Rep 3 - 30/04/2025	André Janones (Avante)	A denúncia foi formalizada pelo Líder do Partido Liberal, Deputado Sóstenes Cavalcante, à Corregedoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, por falas no dia 11/07/2025 contra Nikolas Ferreira. Assinada pelo presidente, pedida pela corregedoria	30/04/2025
Rep 4 - 15/08/2025	André Janones (Avante)	Por usar uma camiseta onde lia-se “anistia é o caralho”. Assinado por Valdemar da Costa Neto	25/02/2025
Rep 5 - 15/08/2025	Eduardo Bolsonaro (PL)	As condutas do Representado, praticadas de forma reiterada nos últimos dias, para além de causar prejuízos incalculáveis ao Brasil, ameaçar a ordem democrática, a regularidade da aplicação da lei penal e a integridade de um dos integrantes do Supremo Tribunal Federal, configuram, em tese, crimes definidos no Código Penal. Assinam Gleisi Hoffmann como presidente do PT e deputada federal junto com Lindbergh	27/02/2025
Rep 6 - 15/08/2025	Gustavo Gayer (PL)	Como fartamente divulgado nos meios de comunicação e em suas redes sociais, na data de 12/03/2025, o ora Representado, Deputado Gustavo Gayer PL/GO, de maneira provocativa e indecorosa, promoveu ataques vis e gratuitos ao Deputado Lindbergh Farias, à Ministra Gleisi Hoffmann e aos Presidentes do Senado Federal (Davi Alcolumbre) e Câmara Federal (Hugo Motta), ao deturpar proposadamente uma fala política do Presidente Lula em evento ocorrido no Palácio do Planalto, sobre ter escolhido “essa mulher bonita” para o cargo de ministra das Relações Institucionais. Assina Humberto Costa	13/03/2025
Rep 7 - 15/08/2025	André Janones (Avante)	Por misoginia contra Michele Bolsonaro. Assina o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto	18/03/2025
Rep 8 - 15/08/2025	André Janones (Avante)	Sobre o Deputado André Janones ter mentido durante o processo que apurou a suposta prática de “rachadinhas” em seu gabinete. Assina o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto	18/03/2025
Rep 9 - 15/08/2025	Lindbergh Farias (PT)	Pedido referente a uma fala do parlamentar ao rebater os ataques do deputado federal Marcel van Hattem. Assina o presidente do Novo, Eduardo Rodrigo Fernandes Ribeiro	02/04/2025
Rep 10 - 15/08/2025	Gilvan da Federal (PL)	Por dizer “que queria que o Lula morresse. Eu quero mais que o Lula morra. Eu quero que ele vá para o quinto dos infernos. É um direito meu. Não vou dizer que eu vou matar o cara, mas eu quero que ele morra. Que vá para o quinto dos infernos” durante uma sessão da Comissão de Segurança Pública. Assinam Humberto Costa e Lindbergh Farias, do PT	07/04/2025
Rep 11 - 15/08/2025	Delegado Eder Mauro (PL)	Por ter agredido um cidadão durante reunião da Comissão de Direitos Humanos. Assina o Presidente do PT, Humberto Costa	09/04/2025
Rep 12 - 15/08/2025	Lindbergh Farias (PT)	Por responder aos ataques do Deputado Gustavo Gayer. Assina o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto	22/04/2025
Rep 13 - 15/08/2025	Guilherme Boulos (PSOL)	Por responder aos ataques do Deputado Gustavo Gayer e ao Deputado Gilvan da Federal. Assina o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto	22/04/2025
Rep 14 - 15/08/2025	André Janones (Avante)	Por responder aos ataques do Deputado Gustavo Gayer. Assina o presidente do PL Valdemar da Costa Neto	22/04/2025
Rep 15 - 15/08/2025	André Janones (Avante)	Por atacar Michele Bolsonaro que também “macula a condição de uma ex-servidora da Câmara dos Deputados”. Assina Valdemar da Costa Neto	06/05/2025
Rep 16 - 15/08/2025	Gilvan da Federal (PL)	Por atacar a ex-presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, de forma insidiosa, ultrapassando os limites da imunidade parlamentar, do respeito e do decoro, com objetivo único e exclusivo de macular a honra da parlamentar. Assina Humberto Costa	30/04/2025
Rep 17 - 15/08/2025	Eduardo Bolsonaro (PL)	Vem desde março de 2025 atuando, de forma sistemática e deliberada, em território estrangeiro estadunidense, com o objetivo de promover ataques institucionais contra o Supremo Tribunal Federal, constranger o exercício da jurisdição constitucional e articular sanções internacionais contra autoridades brasileiras. Assinam: Lindbergh Farias e Humberto Costa	27/05/2025
Rep 18 - 15/08/2025	José Medeiros (PL)	Por falas ofensivas contra o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), praticada em sessão oficial, contra parlamentar com mais de 70 anos de idade, configurando discurso etarista e incompatível com a ética pública e com os valores constitucionais que regem a atuação parlamentar. Assina Paula Coradi (Presidenta PSOL)	17/06/2025
Rep 19 - 15/08/2025	Eduardo Bolsonaro (PL)	Pelo uso indevido do cargo; articulação com autoridades estrangeiras; lobby por sanções econômicas, confissão pública; narrativa política; celebração das sanções; pressão externa sobre o Judiciário; defesa de anistia para Jair Bolsonaro; chantagem institucional; estratégia de desestabilização; ataque à soberania nacional; violação de princípios éticos e legais. Assina Paula Coradi (Presidenta do PSOL)	11/07/2025
Rep 20 - 15/08/2025	Sargento Fahur (PSD)	Por declarar durante uma sessão da Comissão de Segurança Pública que ‘se tiver um filme que o Pastor Henrique apanhe, eu quero ser o policial que bate’, uma referência ao filme ‘Marighella’. Assina a presidenta do PSOL, Paula Coradi	16/04/2025
Rep 21 - 15/08/2025	Kim Kataguiri (União Brasil)	Apresentado em defesa da deputada Célia Xakriabá. A parlamentar teve sua identidade atacada, sua presença deslegitimada e sua autoridade institucional ridicularizada. Isso não configura liberdade de expressão, mas sim arma de exclusão simbólica e opressão racial e de gênero. Assina Paula Coradi (Presidenta do PSOL)	17/07/2025
Rep 22 - 15/08/2025	Eduardo Bolsonaro (PL)	Mesmo licenciado do mandato parlamentar e residindo nos EUA, tem atuado sistematicamente para deslegitimar instituições brasileiras, especialmente o STF, com discursos agressivos e ameaças à democracia. Inclui sanções pedidas nos EUA e tarifa punitiva contra exportações brasileiras. Assinam Humberto Costa e Paulo Fernando dos Santos (Deputado Paulão)	21/07/2025
Rep 23 - 15/08/2025	Célia Xakriabá (PSOL)	Teria atacado com uma caneta o Deputado Kim Kataguiri e ferido com o mesmo objeto o Deputado Coronel Meira. Assina Valdemar da Costa Neto (PL)	30/07/2025



## Lula em entrevista a Reinaldo Azevedo: “Brasil não está mais de joelhos”

Em entrevista a Reinaldo Azevedo, Lula criticou Donald Trump, defendeu a regulação das redes, anunciou a MP Brasil Soberano e destacou avanços rumo à COP30 na Amazônia

Henrique Nunes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na última semana, de mais uma entrevista que reverberou pelo Brasil e pelo mundo, confirmando seu papel de liderança no cenário político global.

A conversa exclusiva foi dada ao jornalista Reinaldo Azevedo, transmitida ao vivo de Brasília

pelo programa O É da Coisa, da BandNews FM.

Durante quase uma hora, Lula falou sobre economia, política externa, meio ambiente, democracia e redes sociais, num tom firme, mas também didático, como costuma adotar em entrevistas mais longas.

O encontro ganhou relevância não apenas pela atualidade dos temas, como a resposta brasileira às tarifas impostas pelos Estados Unidos, mas também pelo espaço dado para que o presidente expu-

sesse suas visões de longo prazo.

Lula fez questão de afirmar que o Brasil “não está mais de joelhos” diante das grandes potências e que o governo trabalha com políticas estruturantes que já começam a mostrar resultados concretos, como a geração de empregos formais e a redução da fome.

A entrevista também reforçou o estilo conciliador do presidente, ao mesmo tempo em que mostrou sua disposição em enfrentar debates polêmicos, como a regulação das plataformas digitais.

Para Lula, este é o momento em que o país começa a “colher” os frutos de medidas implementadas desde o início do terceiro mandato, e a conversa acabou servindo como vitrine para esse balanço otimista.

## **Críticas a Donald Trump e defesa da relação histórica**

Um dos trechos mais contundentes da entrevista ocorreu quando Lula foi questionado sobre Donald Trump.

O presidente brasileiro não poupou críticas à postura do norte-americano, mas destacou a importância de preservar a relação histórica entre os dois países.

“O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem ‘complexo de superioridade’ em relação a outros líderes mundiais e ‘acha que pode tudo’”, comentou o presidente.

“Ele se comporta como se tivesse sido eleito ‘imperador do mundo’, mas o mandato dele tem prazo de validade. É preciso ter cuidado para que atitudes desse tipo não prejudiquem uma relação que vem de muito longe, desde nossa independência”, afirmou.

## **MP Brasil Soberano e o tarifaço americano**

Lula anunciou a assinatura da Medida Provisória Brasil Soberano, que cria uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para empresas atingidas pelo tarifaço americano, com sobretaxa de 50% sobre exportações brasileiras.

Para pequenas empresas, o governo adotará a estratégia de compras governamentais, especialmente de gêneros alimentícios, para inclusão em programas sociais.

“Ninguém vai ficar desamparado neste país por causa das medidas tomadas pelo presidente Trump. Vamos cuidar dos traba-



lhadores dessas empresas e procurar outros mercados para elas”, garantiu Lula.

## **Justiça ambiental e a COP30 em Belém**

Outro ponto de destaque foi a defesa de uma nova proposta para financiar a preservação das florestas tropicais. Lula mencionou a criação do TFFF, mecanismo que será apresentado durante a COP30, em Belém, para cobrar dos países ricos uma tarifa pelos serviços ambientais prestados por nações como Brasil, Indonésia e Congo.

“Vamos propor a criação de uma tarifa paga pelos países ricos, para pagar as florestas que ficarem em pé... Eu quero saber qual o chefe de Estado que acredita nos cientistas ou não”, questionou.

## **Urgência da regulação das redes sociais**

Lula também falou sobre o projeto de lei que o governo prepara para regulamentar plataformas digitais no Brasil. Segundo ele, a liberdade de expressão deve conviver com responsabilidade e não pode ser confundida com disseminação de ódio ou mentiras.

“Liberdade de expressão não

é você executar a vida dos outros, não é mentir, não é fazer provocação ou propaganda do ódio. Liberdade de expressão é a coisa mais sagrada... As pessoas sabem que para a existência da democracia é preciso ter regulação do comportamento de todos.”

## **A colheita de avanços sociais e econômicos**

Em tom otimista, Lula citou indicadores positivos alcançados em 2025, como o recorde no financiamento agrícola, a retomada do turismo, a expansão das exportações e o fortalecimento do Fundo Amazônia. Também ressaltou os avanços sociais:

“As coisas já estão acontecendo. O financiamento agrícola é recorde, o fluxo de turistas é recorde, o fundo da Amazônia é o maior desde a criação dele... É tudo recorde.”

O presidente lembrou ainda que o Brasil registra a menor taxa de desemprego desde 2012, com 1,2 milhão de novas vagas com carteira assinada na primeira metade do ano, mais de 80% destinadas a pessoas do Cadastro Único.

Além disso, mais de um milhão de famílias deixaram o Bolsa Família em julho devido ao aumento de renda, e o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome da ONU. ■



**ISSO AQUI EU TÔ  
PLANTANDO UMA UVA**

# “Planto comida, não ódio”: Lula planta uva no Alvorada e manda recado a Trump

Em vídeo nas redes sociais, Lula plantou uva Vitória no Alvorada, criticou o tarifaço de Trump e disse estar semeando comida em vez de ódio

Guto Alves

**E**m meio à crise aberta pelo tarifaço de Donald Trump contra produtos brasileiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou na noite de sábado (16) um vídeo simbólico nas redes sociais.

Filmado pela primeira-dama Janja, Lula aparece de joelhos no gramado do Palácio do Alvorada, com as mãos na terra, plantando uma muda de uva Vitória. O gesto simples ganhou peso político imediato: era uma mensagem direta ao presidente dos Estados Unidos.

“Isso aqui é um exemplo. Estou plantando comida e não plantando violência e plantando ódio. Espero que um dia possamos conversar, presidente Trump, para o senhor aprender a qualidade do povo brasileiro”, afirmou Lula, olhando para a câmera enquanto cobria as raízes com terra.

## Convite ao “Brasil verdadeiro”

No vídeo, Lula convidou Trump a conhecer o Brasil além das ten-

sões comerciais. “Queria aproveitar este sábado, em que eu estou plantando o pé de uva Vitória aqui no Palácio do Alvorada, um lugar que eu espero que um dia você possa visitar, para que a gente possa conversar, para que você possa conhecer o Brasil verdadeiro. O Brasil do povo que gosta de samba, de carnaval, de futebol, que gosta dos Estados Unidos, da China, da Rússia, do Uruguai, da Venezuela. Nós gostamos de todo mundo.”

A fala contrasta com a retórica agressiva do mandatário norte-americano, que nesta semana anunciou sobretaxa de 50% sobre as exportações brasileiras, atingindo diretamente setores como o agronegócio e a fruticultura.

## Símbolo político em tempos de tensão

Ao plantar uva no Alvorada e falar em “semear comida e não ódio”, Lula apresentou um gesto que vai além da agricultura. Foi uma forma de reafirmar o multilateralismo brasileiro e a defesa da soberania em meio à tentativa de Trump de enfraquecer o comércio com o Brasil.

“Está aqui plantado e registrado o primeiro pé de uva Vitória no Palácio do Alvorada. Esse aqui não é fake news, não é inteligência artificial. Estou com a mão suja mesmo de terra. É uma uva brasileira, desenvolvida por uma empresa chamada Embrapa, que é uma das maiores empresas de tecnologia agrícola do mundo”, concluiu o presidente.

Enquanto o governo tenta abrir caminhos diplomáticos para contestar a decisão norte-americana, a cena de Lula no jardim do Alvorada já repercute como uma resposta simbólica: em vez de guerra comercial e retórica agressiva, a defesa de um país que planta, colhe e compartilha. ■

## Fruticultura brasileira em risco e números

Segundo a Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (Abrafrutas), o Brasil exportou em 2024 um total de US\$ 1,3 bilhão em frutas, com destaque para manga, limão, melão e uva de mesa. Só as uvas responderam por US\$ 159 milhões, consolidando-se como a quarta fruta mais exportada pelo país.

O Vale do São Francisco, entre Bahia e Pernambuco, permanece como principal polo produtor, responsável por grande parte das vendas externas. O tarifaço imposto por Trump atinge diretamente esse mercado, em especial a manga, cuja safra começou justamente no período em que a sobretaxa entrou em vigor, trazendo riscos imediatos à renda dos produtores nordestinos. ■



## O papel da juventude na história: rebeldia e esperança

Em artigo, Maíra do MST analisa o protagonismo histórico da juventude nas lutas populares e defende sua centralidade na construção de um novo projeto popular para o Brasil

Maíra do MST

**A** juventude, ao longo dos processos históricos mundiais, foi ponta de lança das principais transformações vividas pelas sociedades. Das lutas na campanha O Petróleo é Nosso, em 1948, à resistência na luta contra a ditadura militar brasileira, com a combativa ação da Geração 68, à Revolução Sandinista, com a agitação política em torno da síntese: dos estudantes aos bairros na mobilização dos jovens das Universidades e das peri-

ferias; somando-se às aspirações revolucionárias da Ilha Cubana de Fidel e Che Guevara, ou mesmo aos movimentos do Maio de 68, na França. Em todos os processos de rupturas com o status quo e questionamento da ordem, a juventude esteve organizada.

Quer seja pelo ímpeto de angústia e preocupação com o futuro ou pela insatisfação e rebeldia típicas deste momento da vida, a juventude se transformou em sujeito de dupla interpretação pela sociedade: de um lado, os que são responsáveis pela esperança no futuro progressista e de um horizonte de mudanças, construído, inclusive, pelos que já foram jo-

vens um dia; por outro lado, que carregam a pecha de irresponsáveis por não serem economicamente ativos, por necessitarem de amparo do Estado para o desenvolvimento de suas atividades e, por isso, vistos como gasto e não como investimento.

Desde que a juventude tomou as ruas em junho de 2013, o Brasil viveu uma sequência de abalos políticos que redesenharam o cenário nacional, quase sempre contra os interesses do povo trabalhador.

O que naquele momento parecia anunciar um novo ciclo de participação popular se converteu, em poucos anos, numa série

de derrotas históricas. O golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016, o conjunto de medidas antipopulares do golpista Michel Temer, a execução brutal de Marielle Franco em 2018, a prisão política de Lula e, na sequência, a eleição de Jair Bolsonaro expuseram o quanto o sistema político brasileiro é restrito e impermeável à participação popular efetiva.

Esses episódios não foram acontecimentos isolados, mas expressões de um processo mais profundo de retrocesso democrático. As maiorias parlamentares que se consolidaram nesse período não são fruto do acaso.

Elas se estruturaram sobre uma base sólida de interesses do agronegócio, dos rentistas e de setores empresariais que veem a democracia como um obstáculo para a ampliação de seus lucros.

No Congresso, formou-se um bloco conservador que não hesita em legislar contra a população trabalhadora, desmontando direitos e transferindo o peso da crise econômica para os ombros dos que vivem de salário ou, no caso da juventude, muitas vezes, de trabalhos temporários, instáveis e mal pagos.

## **A precarização como horizonte imposto**

O programa neoliberal implementado nos últimos anos deixou marcas profundas. As reformas trabalhista e previdenciária, o congelamento dos investimentos públicos por duas décadas a partir da Emenda Constitucional 95, o desmonte das políticas habitacionais e a privatização de setores estratégicos significaram não apenas a perda de direitos já conquistados, mas o fechamento de portas para novas gerações.

Na educação, cortes e contingenciamentos tornaram mais difícil o acesso e a permanência de estudantes pobres nas universida-

des.

No ensino básico, a combinação de baixos salários para educadores, infraestrutura precária e avanço de modelos de ensino padronizados e autoritários compromete o desenvolvimento de pensamento crítico.

Na cultura, programas de incentivo foram extintos ou engessados, sufocando iniciativas periféricas que davam voz à juventude. Na saúde e na moradia, o abandono de políticas públicas deixou milhões expostos à preca-

# **Da resistência contra a ditadura à luta contra a uberização, a juventude sempre esteve na linha de frente das transformações sociais**

riedade e à violência cotidiana.

Para a juventude trabalhadora, o recado é claro: o futuro que nos oferecem cabe na lógica da uberização, com jornadas extenuantes, salários baixos e sem tempo para estudo, lazer ou vida plena.

É um projeto de sociedade que transforma o vigor criativo da juventude em combustível descartável para manter as engrenagens de um sistema desigual e excludente.

É nesse cenário que o debate

sobre a participação política juvenil ganha urgência, pois estamos diante de um modelo que, se não for disputado, tende a aprofundar as exclusões já existentes.

Num cenário de exclusão tão profundo, é impossível negar a importância da presença de jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+ nos espaços de decisão.

A representatividade, por si só, já significa romper barreiras históricas impostas por uma política feita majoritariamente por homens brancos, ricos e distantes da realidade popular.

Uma vereadora negra, um deputado indígena ou uma estudante de origem periférica ocupando cargos eletivos já desloca o imaginário dominante e abre frestas para que outras vozes se coloquem.

Mas a experiência recente também mostra que ocupar esses espaços precisa estar vinculado a um projeto político comprometido com mudanças estruturais.

Sem isso, a representatividade corre o risco de se transformar em um símbolo esvaziado, facilmente absorvido pela lógica institucional que privilegia a manutenção da ordem.

É a combinação entre representação e transformação que pode abrir novas possibilidades para o futuro. Não se trata de diminuir a importância do gesto de “chegar lá”, mas de lembrar que esse gesto só se fortalece quando se conecta às lutas que acontecem fora das paredes do Legislativo, nas ruas, nos sindicatos, nas ocupações e nos movimentos de base.

## **Reinventar a política com a irreverência da juventude**

A força da juventude está também na capacidade de criar linguagens, símbolos e práticas que desafiam as normas estabeleci-

das. Essa irreverência não é mero traço de estilo, mas uma estratégia política que incomoda porque desmonta formalidades, subverte códigos e questiona hierarquias.

É por isso que governos autoritários e setores conservadores tantas vezes tentam sufocar manifestações culturais juvenis, não apenas por preconceito moral, mas porque sabem que nelas pulsa uma energia política difícil de controlar.

Nas periferias, nos quilombos urbanos e nas aldeias, a juventude organiza saraus, slams, rodas de rima e batalhas de break que, ao mesmo tempo que celebram a criatividade e a ancestralidade, formam consciência política.

No funk e no hip hop, as letras narram as contradições do país, escancaram as violências do Estado, denunciam o genocídio da juventude preta e anunciam outras formas de viver. No grafite, ocupamos muros que seriam cinza com cores que contam histórias que não cabem nos livros escolares.

Essas expressões culturais não são um apêndice da luta política, mas parte fundamental dela. Elas se convertem em espaços de encontro e solidariedade, fortalecendo redes de apoio e ampliando a capacidade de organização coletiva.

No momento em que um jovem decide rimar sobre a violência policial, ou uma grafiteira pinta um mural sobre a luta das mulheres negras, não está apenas “fazendo arte”: está disputando memória, identidade e futuro.

É essa dimensão que transforma a cultura popular em um campo de batalha e explica por que ela é alvo constante de censura, criminalização e cortes de verbas.

Quando falamos em participação da juventude na política, falamos também de disputar o futuro. Aceitar passivamente as regras

do jogo atual significa assinar um contrato de precariedade vitalícia. Por outro lado, assumir o desafio de transformar o sistema exige não apenas coragem, mas organização e estratégia.

A experiência dos últimos anos ensina que não basta reagir às ofensivas da direita, é preciso construir um projeto de país capaz de enfrentar as raízes da desigualdade e da exclusão. Isso passa por medidas concretas: revogar reformas neoliberais, garantir financiamento público robusto para educação, saúde, moradia e cultura, democratizar os meios de comunicação, taxar as grandes fortunas e reformar o sistema político para ampliar a participação popular.

Mais do que isso, passa por fortalecer a consciência de que nenhuma conquista virá de cima. Ela será resultado da pressão organizada, das mobilizações de rua, das greves, das ocupações e de todo o conjunto de ações que mostram que a juventude não aceita ser reduzida a mão de obra barata e descartável.

É nesse sentido que a organização política da juventude se conecta diretamente à organização mais ampla da classe trabalhadora, pois não há emancipação possível que não seja coletiva.

## **Fincar a bandeira da esperança**

Onde quer que haja ameaça aos nossos direitos, estaremos. Nos sindicatos, nas associações estudantis, nos coletivos culturais, nas ocupações urbanas e rurais, a juventude segue inventando formas de resistir e de sonhar.

Não é uma esperança ingênua, mas uma esperança militante - do verbo esperar, como nos ensinou Paulo Freire, alimentada pelo compromisso com um futuro socialista no qual a vida plena não

seja privilégio de poucos.

O Brasil da extrema direita nos quer calados, como quiseram na Ditadura Militar, mas a história já mostrou que a juventude, quando se organiza, é capaz de mudar o rumo de um país.

Para isso, é preciso assumir nosso papel não apenas como participantes, mas como protagonistas da construção de um novo projeto popular que coloque a dignidade humana e a justiça social acima do lucro.

É preciso que a juventude assuma o protagonismo da elaboração de um projeto popular para o Brasil, que transversalize questões do nosso tempo com os problemas estruturais e antigos dilemas do nosso povo.

A defesa intransigente da Reforma Agrária, a defesa da natureza e dos bens comuns, da Reforma Universitária, o fim da escala 6x1, a taxação dos super ricos e uma política de segurança pública inteligente, que se desvincule da lógica de extermínio, são pautas urgentes da juventude.

Urge também a necessidade de repensarmos o mundo do trabalho, que vem explorando a juventude na lógica da uberização, com fim de concursos públicos e com subempregos: é preciso reindustrializar o Brasil, enfrentando a transição energética

Se tentam nos limitar ao papel de espectadores, responderemos como sempre fizemos: tomando as ruas, os microfones e as redes, ocupando, denunciando e propondo.

Porque disputar o presente é, antes de tudo, disputar o direito de existir plenamente no futuro. E, como aprendemos nas lutas de ontem e de hoje, nenhum poder resiste por muito tempo quando a juventude decide que é hora de mudar o mundo! ■

Maíra do MST é vereadora do Rio (PT-RJ) e doutoranda em História Política (PPGH/UERJ).



# Podcast do EDINHO

## Comunicação do PT lança o “Podcast do Edinho”

No material disponibilizado pelo Spotify e outras plataformas, a militância poderá acompanhar entrevistas, declarações e os grandes temas da conjuntura na visão de Edinho Silva, presidente Nacional do PT

Agência PT

**A** Rádio PT acaba de lançar o Podcast do Edinho, presidente nacional do PT. O espaço traz entrevistas, discursos e boletins do presidente

nacional do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, Edinho Silva.

O material é disponibilizado pelo Spotify e outros agregadores de áudio, onde a militância do partido, jornalistas e o público em geral poderão acompanhar entrevistas e comentários do presidente do maior partido de esquerda

da América Latina. Afinal, são 45 anos de história pregressa e muito futuro a construir.

O Podcast do Edinho é mais um programa produzido pela Secretaria Nacional de Comunicação do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para debater o presente, planejar o futuro e ouvir de perto as ideias que fortalecem a luta por um Brasil mais justo. ■



# A ordem executiva de Donald Trump, por Lindbergh Farias e Jaldes Meneses

Entre o grande porrete e a submissão, o Brasil é alvo de um projeto trumpiano que descarta até a farsa da diplomacia: resta ao país decidir se será vassalo ou trincheira anti-imperialista

Agência PT

**E**m artigo publicado originalmente em **A Terra é Redonda**, o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), e o professor do Departamento de História da UFPB Jaldes Meneses, analisam a **Ordem Executiva de Donald Trump** que estabeleceu o tarifaço

de 50% contra o Brasil.

No texto, afirmam que o documento é praticamente uma declaração de guerra e traz uma ameaça explícita do uso da força se as disputas criadas pelos EUA contra o Brasil não forem resolvidas em seus termos (anulação do processo de Bolsonaro e deposição de Alexandre de Moraes). “Washington reserva-se o direito de alcançar a paz pela força”, diz trecho da ordem.

A batalha das tarifas, segundo o líder do PT e o professor, é apenas o começo do fio da meada. “O que está em jogo é muito mais do que comércio – é o futuro do país como nação independente”.

**Leia a seguir o artigo na íntegra:**

A história do Brasil é marcada por documentos fundamentais desde a Carta de Caminha, pia ba-

tismal de anúncio urbi et orbi de terras generosas e dadivosas ao sul do Atlântico, para usufruto e exploração do novo mundo moderno-mercantilista.

Recentemente (30/7/2025), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, emitiu uma Ordem Executiva que pode ser considerada um marco nas relações entre os dois países – ou, mais precisamente, um verdadeiro antidocumento, com o condão de assim ser classificadas nas periodizações historiográficas do futuro, dada sua natureza de destruição destrutiva.

Esse texto não apenas redefine a dinâmica bilateral das “relações perigosas” (para citar um livro de Moniz Bandeira) nos contenciosos entre Brasil e Estados Unidos, mas inaugura um novo capítulo histórico, cujas consequências só poderão – repetindo – ser avaliadas no futuro, pois o jogo está sendo jogado.

A Ordem Executiva de Trump é praticamente uma declaração de guerra. São muitos e variáveis os aspectos a analisar, mas dois se destacam como particularmente alarmantes. O sinal amarelo de alerta se acendeu:

(i) A ameaça explícita do uso da força. O documento menciona vagas e mentirosas ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos para justificar uma ameaça direta ao nosso país: se as disputas criadas pelos EUA contra o Brasil não forem resolvidas em seus termos (anulação do processo de Bolsonaro e deposição de Alexandre de Moraes), Washington reserva-se o direito de alcançar a paz pela força.

Essa lógica remete a uma lição muito conhecida dos clássicos da política realista, de Maquiavel a Gramsci – quando a hegemonia pelo consenso se esgota, resta a

imposição pela violência, inclusive militar em suas gradações (da guerra híbrida permanente ao uso da força militar). Nem é preciso de grandes hermenêuticas. Uso da força significa uso da força.

(ii) A intenção de interferir nas eleições de 2026. Caso Lula vença – como indicam as pesquisas –, o novo fascismo trumpiano, em nome dos Estados Unidos, parece disposto a empregar uma medida extrema: o não reconhecimento do resultado eleitoral e apoio a um líder autoproclamado (como fizeram com Juan Guaidó na Venezuela), sanções econômicas, ruptura diplomática e, no limite, não é devaneio pensar em conflito aberto.

O novo fascismo trumpiano pretende dominar ferreamente. Não é mais o caso de conduzir um jogo sofisticado de soft power nas relações centro-periferia, ou mesmo executar políticas de contenção, em todas as Américas, do Alasca à Terra do Fogo, da Groenlândia e Canadá, passando pelo Caribe e América Latina. Chegou a hora de dominar os países como se fossem protetorados coloniais. Para tanto, é preciso submeter o Brasil.

A frase atribuída ao ex-presidente Richard Nixon – “Para onde pender o Brasil, penderá a América Latina” – nunca foi tão atual. O Brasil é a maior nação do Hemisfério Sul, detentor da maior reserva de água doce do mundo, da segunda maior de terras raras e da quarta maior em petróleo, além de potencial em soberania alimentar, energética e científica.

## **O declínio dos EUA como potência hegemônica**

No entanto, essa riqueza estratégica contrasta com vulnerabilidades profundas. Internamente, o Brasil neoliberal é uma nação

muito fragmentada – fazendo jus, mais que nunca, à ideia de Caio Prado Júnior (entre tantos outros interpretes do Brasil) que a nação nunca se completou, em termos de hegemonia nacional-popular, embora o Estado esteja formado, e seja muito sofisticado em termos de interesses e organicidade do bloco no poder – este o “sentido da colonização”, a seta dialética do “Brasil Contemporâneo”.

Em termos de ideologia e política, parte significativa da opinião pública e instituições, na sociedade civil e no próprio aparelho de Estado, sempre foram historicamente, na República, alinhadas aos interesses norte-americanos. Externamente, a divisão na América Latina em uma miríade de correntes políticas enfraquece a unidade regional.

As ações de Donald Trump refletem o declínio dos EUA como potência hegemônica. O país já não lidera em inovação tecnológica ou poder de compra, enfrentando desindustrialização, aumento da pobreza, crises sociais, crise de identidade nacional (uma nação multiétnica ou controlada pela supremacia branca?) e política (divisão casuística dos distritos eleitorais pelos governadores republicanos).

Donald Trump personifica um novo fascismo, distinto do modelo clássico por seu pragmatismo oportunista e controle de um arsenal nuclear. Seu projeto é a destruição da democracia liberal, substituindo-a por uma autocracia baseada em mentiras, intimidação e suborno. Na América Latina, o objetivo é transformar nações soberanas em protetorados, com o Brasil como principal alvo.

Não gostamos do termo neofascismo para definir Donald Trump e o movimento MAGA. Preferi-

mos “novo fascismo”, um fenômeno ainda a ser melhor decifrado pelas ciências sociais. O novo fascismo, que Donald Trump personifica com perfeição – inclusive em seu pragmatismo oportunista, haurido originalmente do mundo dos negócios e da cultura oportunista de massas, e que transbordou no historicismo romântico do Movimento MAGA (Make America Great Again) –, é, em sua expressão mais radical e ambientalmente vitoriosa, a materialização do Behemoth (conceito hobbesiano recuperado por Franz Neumann em 1942 para descrever o Estado nacional-socialista de Hitler).

Ou seja, o domínio do terrorismo de Estado. Com uma agravante perigosíssima: diferentemente de Hitler, esse novo fascismo conta com o controle de um imenso arsenal nuclear.

## **Momento decisivo para o Brasil**

Para o Brasil, este é um momento decisivo – e não é exagero retórico dizer que esta é a encruzilhada que definirá o século XXI brasileiro (algo semelhante, talvez, ao que representou a década de 1920 no século XX): ou defendemos nossa soberania e construímos um projeto nacional autônomo, ou nos tornamos uma neocolônia do século XXI. A batalha das tarifas é apenas o começo do fio da meada. O que está em jogo é muito mais do que comércio – é o futuro do país como nação independente.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o governo Lula 3 terminou e começou o Lula 4. A questão do IOF evidenciou o conflito distributivo e a concentração de renda. Mas foi o aumento de tarifas por Donald Trump que revelou, de forma incontornável, uma conjuntura marcada – não apenas

para o governo, mas para todas as forças sociais nacionais conscientes – pela retomada de duas velhas e conhecidas toupeiras, a assim chamada “questão nacional” e pela urgência da “luta anti-imperialista”.

Caso vença em 2026, o governo dará continuidade ao processo iniciado neste Lula 4. Será, por assim dizer, um novo mandato, mas prolongamento de um processo desencadeado neste segundo semestre de 2025. Se perder para a direita, extrema ou disfarçada, iniciar-se-á uma transição da condição atual de dependência para um status neocolonial em pleno século XXI, abrir-se-á o caminho para a ascensão de um novo fascismo no Brasil, na forma de um tipo de Estado policial e constitucional.

Nessa sociedade em transição, transforma-se também a natureza da guerra. O Brasil enfrenta um risco distinto: um tipo especial, adaptada às transições do século XXI, de passagem de uma condição de dependência para um status neocolonial, em que desaparece qualquer mediação por parte de classes dominantes com autonomia relativa, surgindo a delegação de uma nova espécie de ator com a delegação de “poder soberano”, nos termos de Carl Schmitt, com direitos extraterritoriais de intervir nas crises políticas do Estado-vassalo.

Historicamente, desde a Proclamação da República, as Forças Armadas brasileiras consideraram-se herdeiras do “poder moderador”, que antes pertencia ao imperador, mantendo-se como ator central e autor de todos os golpes de Estado em todas as lutas políticas até os dias atuais.

Neste caso, o poder de arbítrio

entre as partes do conflito interno escaparia das forças armadas brasileiras, se deslocando de vez para o poder norte-americano, que certamente concertaria as alianças e manteria os espaços das classes econômicas internas, mas que, desta maneira, abririam mão da capacidade de dominar hegemonicamente.

Tal poder férreo seria a via possível para realizar a transição neocolonial, que necessariamente precisa de recursos compactos de poder granítico para envolver em uma totalidade de economia e política. Este tipo de poder brutal só poderá ser resolvido com o surgimento de um novo fascismo – um poder sem mediações, com formas novas de domínio cultural e ideológico, no grau que somente a alta tecnologia das big techs, desprovidas de qualquer regulação, pode alcançar.

Alguns personagens do mundo político têm dito, erroneamente, na crise atual de relações, que as relações do Brasil com os Estados Unidos sempre foram harmoniosas. Nada mais falso. Desde o Império, o contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos nunca saiu da pauta. Contudo, nada, nem de longe, nem mesmo 1964, se compara ao assédio do governo Donald Trump. Por exemplo, no período da Big Stick de Theodore Roosevelt, tinha-se o grande porrete, mas antes era de alvitre não perder a compostura e falar baixo, com os punhos de renda.

Acabou-se o tempo dos punhos de renda na dominação. Ficou apenas o grande porrete. Fazendo coro com autores como João César de Castro Rocha e Christian Lynch, este é o Corolário Trump da Doutrina Monroe. ■

\*Jaldes Meneses é professor titular do Departamento de História da UFPB.

\*Lindbergh Farias é deputado federal do PT-RJ e líder da bancada do PT.

# A COP 30 e os preços em Belém

Para o Brasil e, mais ainda para o Pará, interessa que a COP 30 entre para a história como o evento que salvou o planeta; e não como a mais cara de todas as cúpulas do clima

Beto Fato

O senso de oportunidade recomendaria dedicar este artigo ao comentário das medidas do plano Brasil Soberano constantes na Medida Provisória nº1.309. Afinal, o instrumento garantirá apoio vigoroso do governo Lula ao setor exportador, severa e injustamente afetado pelo tarifaço de Trump sobre o Brasil, demandado pelo clã Bolsonaro.

Graças aos incentivos previstos na MP, no Pará, por exemplo, os setores do pescado, madeira e do açaí, disporão de tempo confortável para o reposicionamento de suas atividades, e assim preservando-as, e aos empregos por elas gerados.

O tema tem sido objeto de exploração intensiva pela imprensa; daí a opção por comentar aspecto importante da COP 30. O evento se aproxima e deveríamos estar focados para o seu êxito temático que é determinante para o futuro do planeta.

Sobretudo, deveríamos estar atuando para que a totalidade dos países que cancelaram o Acordo de Paris, apresentassem a indispensável revisão, para maior, das respectivas metas de emissão. Somente 27 países o fizeram.

Da mesma forma, continuamos a “anos-luz” do montante dos recursos necessários para o financiamento climático.

Com essas perigosas lacunas, o debate sobre o evento tem se

mantido centrado nos déficits logísticos de Belém e, em particular, na exorbitância dos preços da hospedagem.

Claro que esses aspectos são relevantes, e já deveriam ter sido sanados até para não inviabilizar a participação dos representantes dos países mais pobres, o que seria erosivo da legitimidade da própria COP.

Várias autoridades, incluindo o governador do estado, têm assegurado publicamente que Belém já dispõe de mais de 53 mil leitos.

Sendo assim, o que estaria inflando os preços para níveis extraordinários na rede hoteleira e nos imóveis ofertados na cidade? Seriam movimentos especulativos?

No geral, a especulação prospera em situações de escassez, ou de controle oligopólico de mercado que permita práticas cartelizadas. Havendo oferta suficiente de vagas, e não sendo realista o controle oligopólico do setor imobiliário em Belém, restaria a hipótese de estarmos em realidade que transcende a experiência sensível? É certo que não, mas o tema se arrasta sem solução se impondo sobre as questões essenciais da Cúpula.

Os preços atípicos da hospedagem nos levam a temer pela contaminação dos preços em geral na nossa cidade. Claro que uma população flutuante de 50 mil pessoas em uma cidade do porte de Belém repercutirá em algum grau nos preços de determinados bens e serviços. Mas um bom planejamento seria capaz de evitar ou mitigar tais repercussões.

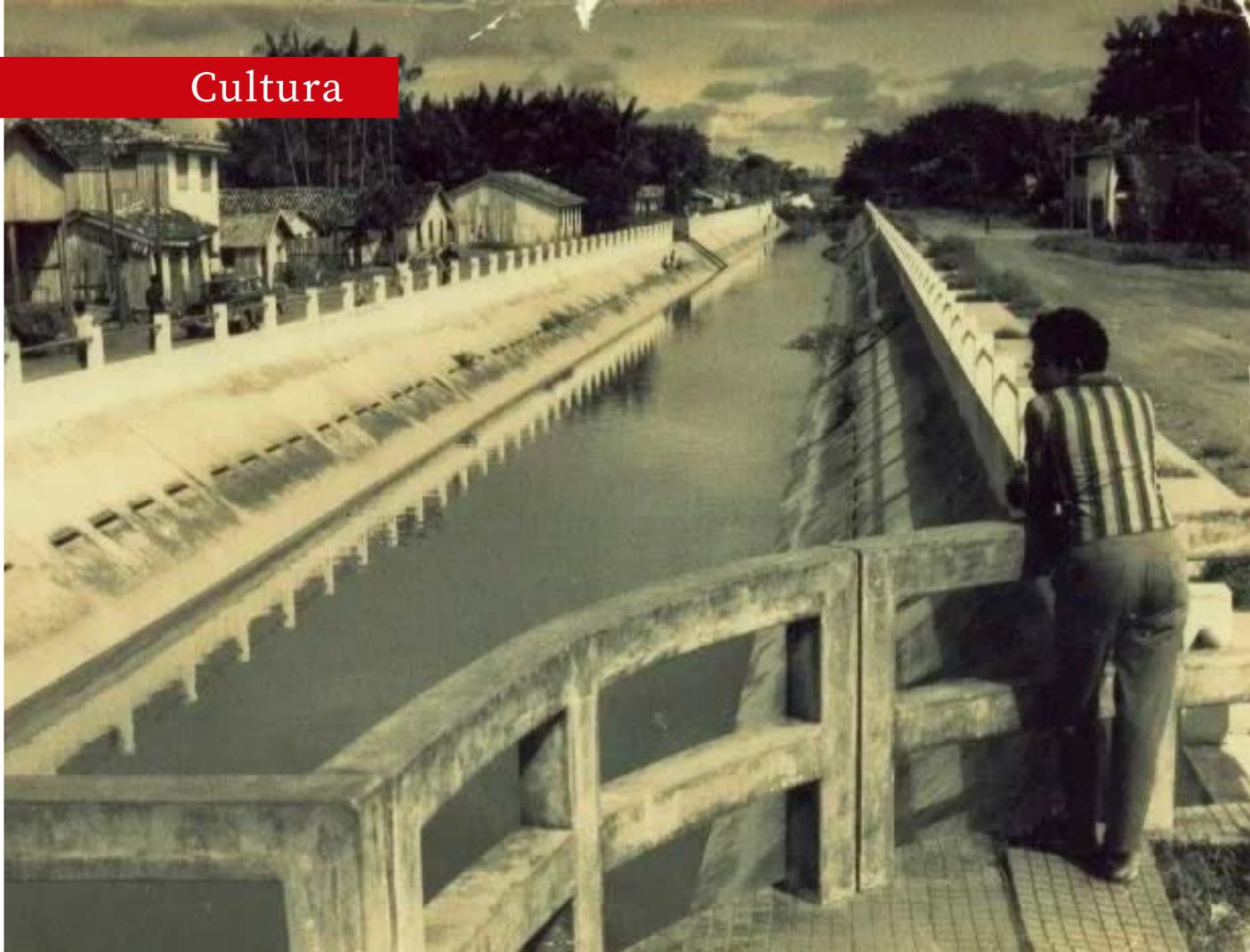
Também é óbvio que apenas durante o evento, ou próximo, poderemos sentir o tamanho desses efeitos. Felizmente, até o momento não há indícios do fenômeno de dispersão dos preços em Belém.

No plano nacional, mais uma vez desmoralizando as projeções das pitonisas do mercado, a taxa do IPCA, em julho, de 0.26%, ficou abaixo dos 0.37% previsto por esses “especialistas”. Pelo segundo mês consecutivo, de forma inusitada, a inflação da alimentação no domicílio ficou abaixo do índice geral.

Ainda em julho, a R.M de Belém teve inflação geral e da alimentação no domicílio, em valores negativos (-0.04% e -0.9%). No entanto, produtos e serviços específicos apresentam preços evoluindo em progressão. Por exemplo, a inflação acumulada do café, de janeiro a julho, em Belém, foi mais de 12 vezes maior que a inflação geral no período.

Aluguel de veículo tende a ser um grande desafio pela alta procura durante a COP. No acumulado até julho, os preços aumentaram 22.2% em Belém. O nosso precioso açaí teve incremento de preços de 17.5%. Até o caranguejo resolveu andar pra frente com preços crescendo 20% até julho.

Estamos seguros que os organizadores nacionais da COP 30 estão atentos especialmente para o abastecimento alimentar durante o evento. Para o Brasil e, mais ainda para o Pará, interessa que a COP 30 entre para a história como o evento que salvou o planeta; e não como a mais cara de todas as cúpulas do clima. ■



Doca da Fortaleza, Macapá (AP) – Sidney Lobato descreve o espaço como vital para trabalhadores informais e comerciantes, até ser apagado pela modernização imposta após o golpe de 1964

## Livro que resgata a memória da classe trabalhadora está disponível para download gratuito

“Lugares de Memória dos Trabalhadores”, organizado por Paulo Fontes e publicado pela Alameda e Fundação Perseu Abramo, reúne 100 artigos sobre espaços que marcaram a história do movimento operário no Brasil

Henrique Nunes

**P**ublicado em 2024, o livro *Lugares de Memória dos Trabalhadores*, fruto da parceria entre a Editora Alameda e a Editora FPA, acaba de ganhar uma versão digital gratuita. A obra, organizada por Paulo Fontes, professor do Insti-

tuto de História da UFRJ, reúne 100 artigos curtos escritos por especialistas que resgatam a presença da classe trabalhadora em diferentes espaços do país.

Na apresentação, os organizadores ressaltam que “as marcas das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros estão espalhadas por inúmeros lugares da cidade e do campo. Muitos desses locais não mais

existem, outros estão esquecidos, pouquíssimos são celebrados”.

O livro é inspirado na série publicada no portal lehmt.org e busca dar visibilidade à geografia social do trabalho, incentivando uma reflexão sobre como a história e a memória desses espaços são tratadas.

**BAIXE AQUI - Lugares de Memória dos Trabalhadores; Organização de Paulo Pontes**

# Espaços que se tornaram símbolos

Cada texto funciona como uma “biografia” de um lugar associado a protestos, conquistas ou repressões. Praças, fábricas, estádios e portos surgem como marcos da construção da memória coletiva dos trabalhadores. A Focus Brasil selecionou cinco exemplos da obra:

**Doca da Fortaleza, Macapá (AP)** – Sidney Lobato descreve o espaço como vital para trabalhadores informais e comerciantes, até ser apagado pela modernização imposta após o golpe de 1964.

**Cais do Porto, Salvador (BA)** – O historiador João José Reis mostra como o cais se tornou um centro de resistência. Em 1857, uma greve de trabalhadores portuários, em sua maioria negros, paralisou a cidade.

**Fábrica de Tecidos Aliança, Rio de Janeiro (RJ)** – Isabelle Pires narra a greve de 1903, quando centenas de operárias marcharam pelas ruas de Laranjeiras em defesa de melhores condições de trabalho.

**“Federação”, Belo Horizonte (MG)** – Raphael Rajão Ribeiro recupera a importância do campo do Clube Inconfidência, ponto de encontro de trabalhadores e espaço de resistência durante a ditadura militar.

**Estádio de Vila Euclides, São Bernardo do Campo (SP)** – John French relembra as greves do ABC, entre 1978 e 1980, que reuniram milhares de metalúrgicos e projetaram Lula como liderança nacional.

## Memória viva e acessível

Ao tornar-se acessível gratuitamente para download, Lugares de Memória dos Trabalhadores preserva histórias que, muitas vezes, ficaram à margem das narrativas oficiais. O livro integra as pesquisas do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT-UFRJ), que segue ampliando a compreensão sobre o papel da classe trabalhadora na construção do Brasil.



Reunião foi a primeira do novo colegiado, empossado no dia 12/8 pela ministra da Cultura, Margareth Menezes

## Lei Rouanet: Comissão de Incentivo à Cultura autoriza R\$ 281 milhões em projetos

Primeira reunião do novo colegiado aprovou 179 iniciativas culturais e reforçou a transparência no uso da renúncia fiscal

Redação Focus Brasil\*

**A** Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) aprovou, em sua 360ª reunião, a captação de R\$ 281,8 milhões para 179 projetos culturais no âmbito da Lei Rouanet.

A plenária, realizada em Brasília na sexta-feira (15), foi a primeira do novo colegiado empossado pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, para o biênio 2025-2027.

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura e presidente substituto da CNIC, Henilton Menezes, destacou a relevância estratégica do grupo e afirmou que a comissão garante eficiência e transparência no uso dos recursos públicos.

“A CNIC não apenas analisa, mas também orienta a aplicação desses recursos e garante que eles cheguem onde são mais necessários, promovendo o desenvolvimento do setor produtivo cultural do país”, afirmou.

Entre os próximos passos, Menezes anunciou a realização de oficinas de capacitação do pro-

grama Rouanet Nordeste nas capitais do Maranhão, Pernambuco e Sergipe ainda esta semana. A próxima edição da CNIC Itinerante também já tem data marcada: ocorrerá de 8 a 10 de outubro em Florianópolis (SC).

Criada pela Lei Rouanet, a CNIC funciona como órgão consultivo, com especialistas que avaliam e emitem pareceres técnicos sobre projetos submetidos ao mecanismo de incentivo fiscal. A comissão orienta o Ministério da Cultura nas decisões sobre aprovação e enquadramento de propostas, fortalecendo a política de fomento cultural.



Michelly Matos/MinC

# Como garantir que a Lei Rouanet seja democrática e nacional?

“A gestão da Lei Rouanet deve ser democrática e pautada pela escuta dos agentes culturais”, afirma Henilton Menezes, secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC

**Henilton Menezes**

**A** atual gestão do Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu como uma das prioridades promover a distribuição mais justa dos recursos oriundos da Lei Rouanet entre todos os estados brasileiros. No entanto, é necessário que a Lei tenha o seu funcionamento compreendido.

A Lei Rouanet, criada em 1991, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com três mecanismos de financiamen-

to: Incentivo a Projetos Culturais, Fundo Nacional de Cultura (FNC) e Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). Na gênese da Lei, esses três mecanismos deveriam atuar de forma articulada, compondo o sistema de financiamento da cultura brasileira.

O mecanismo Incentivo a Projetos Culturais tem como receita parte do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, mediante incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal. Atualmente, 97% da receita desse mecanismo provém do Imposto de Renda das empresas.

Devido à concentração de grandes empresas em regiões

brasileiras economicamente mais desenvolvidas, e considerando ainda que a Lei determina que apenas as empresas optantes pelo regime tributário do Lucro Real podem se beneficiar desses incentivos fiscais, os investimentos tendem a seguir a mesma lógica concentradora. Cabe ao MinC avaliar os projetos que atendem aos requisitos da Lei, enquanto o investidor (pessoa jurídica ou física) escolhe em qual projeto fará seu investimento.

O FNC, segundo mecanismo, foi criado para servir como instrumento equalizador da distribuição dos recursos da Lei. Entre seus objetivos estão: estimular a

distribuição regional equitativa dos recursos aplicados em projetos culturais e artísticos e favorecer uma visão interestadual, incentivando projetos que explorem propostas culturais conjuntas de enfoque regional.

O Ficart, terceiro mecanismo, é um instrumento de financiamento reembolsável que complementaria essa arquitetura de financiamento. Entre seus objetivos estão investir na produção comercial de espetáculos teatrais, de dança, música, canto, circo e atividades congêneres, além da edição comercial de obras relacionadas às ciências, letras e artes, bem como obras de referência e outras de cunho cultural.

Apesar de ter sido oferecido como fundo de investimento em plataformas voltadas para captação de investidores, os Ficarts não atraíram interesse, diante de outras opções de investimento disponíveis, pois não foram oferecidos incentivos fiscais para sua composição.

Nesse cenário, o MinC tem atuado fortemente na melhoria da distribuição dos recursos do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais, a partir da possibilidade de parcerias com empresas investidoras, incluída no Decreto nº 11.453/2023, que regulamentou a Lei Rouanet e ampliou as possibilidades de atuação nessa distribuição.

Como consequência, foram lançados programas especiais, realizados em parceria com grandes empresas, como o Programa Rouanet nas Favelas, o Programa Rouanet Norte, o Programa Rouanet da Juventude, ações voltadas especialmente para agentes culturais que não tinham acesso a esses recursos. Também foi possível lançar uma ação emergencial para auxiliar os agentes culturais gaúchos após a tragédia que atin-

giu o Rio Grande do Sul em 2024, o Programa Rouanet Emergencial RS.

No próximo dia 7/8, o MinC lançará o Programa Rouanet Nordeste, investindo R\$ 40 milhões em parceria com sete empresas estatais, com critérios que beneficiarão proponentes da região que ainda não acessaram esses recursos. Ainda este ano, serão

**Nos últimos  
dois anos, os  
investimentos  
via Lei Rouanet  
cresceram  
260% no Norte,  
117% no  
Centro-Oeste  
e 57% no  
Nordeste**

lançados dois novos programas: o Programa Rouanet nas Favelas 2, beneficiando cinco capitais brasileiras, e um programa voltado exclusivamente para cidades menores.

Além disso, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, tem como objetivo fomentar e equalizar a cultura em todos os estados, municípios e no Distrito Federal. Em 2023 e 2024, a gestão federal investiu R\$ 6,8 bilhões, por meio de repasses da União aos demais entes federativos de forma continuada, no setor produtivo cultu-

ral.

Os recursos da PNAB, conforme a Lei, incorporam o mecanismo FNC da Lei Rouanet, promovendo o cumprimento de suas funções e induzindo o equilíbrio na distribuição dos recursos pelo Brasil.

No ciclo de 2024 da PNAB (R\$ 3,0 bilhões), aliado ao ciclo do Incentivo a Projetos Culturais (R\$ 2,9 bilhões) da Lei Rouanet no mesmo ano, observa-se que o FNC volta a cumprir seu papel equalizador.

Como exemplo, o estado de São Paulo recebeu R\$ 1,164 bilhão do Incentivo a Projetos Culturais e R\$ 566 milhões do FNC via PNAB, enquanto o Amapá recebeu R\$ 888 mil do Incentivo a Projetos Culturais e R\$ 22,5 milhões do FNC.

Isso comprova a função equalizadora do FNC. Os recursos da PNAB são direcionados a editais de fomento ou ações diretas dos entes federativos, como festivais populares, aquisição de bens culturais, construção e manutenção de espaços culturais, entre outras iniciativas destinadas a fomentar a cultura local, incluindo regras de acessibilidade e valorização das culturas periféricas.

A pesquisa realizada pelo Ibi-ra30 focou exclusivamente no mecanismo Incentivo a Projetos Culturais, tomando como referência territorial o endereço dos proponentes dos projetos realizados, com base em dados públicos disponíveis na plataforma do MinC.

Embora esses dados mereçam análise, os resultados apresentados, dada a metodologia adotada, não identificam com precisão como os investimentos dos incentivos fiscais são realizados, pois consideram como únicos beneficiários os proponentes e como únicos territórios os registrados no CEP do proponente. Além disso, São Paulo abriga grandes equi-



pamentos culturais mantidos com recursos desse mecanismo, como o MASP, o MAM, a Tomie Ohtake, a Pinacoteca, a Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), entre outros, que possuem orçamentos robustos e desenvolvem atividades que beneficiam diversos territórios da cidade, especialmente por meio de programas educativos voltados para escolas públicas. São Paulo também é sede de proponentes que atuam em outros estados, como a Maná Produções, responsável pelo Festival Folclórico de Parintins (AM), e o Instituto Pedra, especializado em restauro de patrimônio cultural e atuante em todo o Brasil.

O MinC participou do lançamento da pesquisa, realizado na sede da FGV no dia 23 de julho, debatendo com agentes culturais os resultados obtidos. Na ocasião, a Pasta destacou a relevância da pesquisa, ainda que identifique distorções metodológicas, uma vez que a análise requer maior detalhamento.

Para o MinC, a pesquisa ganha relevância pelo interesse de agentes culturais de territórios periféricos em acessar esses recursos e em construir, em conjunto com o

## Investimentos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste crescem acima da média nacional pela Lei Rouanet

Ministério, novas possibilidades, incluindo um diálogo mais intenso com potenciais investidores que atuem naqueles territórios. O MinC também se comprometeu a promover formações para agentes culturais, visando sua inclusão no sistema Pronac.

Entendemos que a gestão da Lei Rouanet, especialmente do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais, deve ser democrática e pautada pela escuta dos agentes culturais envolvidos. Por isso, mantemos os canais abertos para

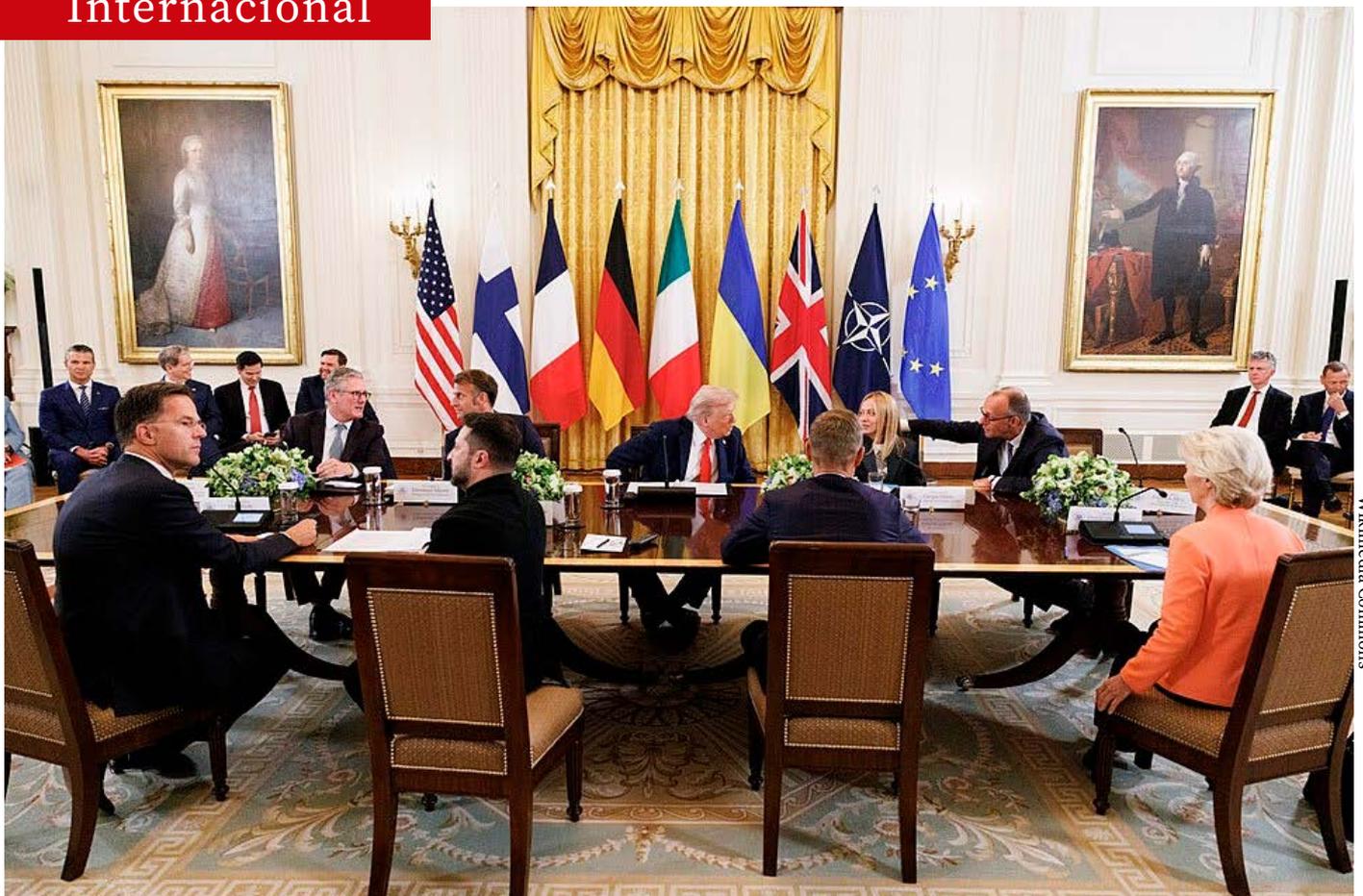
sugestões de melhorias.

Nos últimos dois anos, ampliamos significativamente a base de investidores do mecanismo, incorporando novas empresas ao Programa, o que resultou em um aumento expressivo de projetos aprovados e realizados.

No entanto, a dimensão do Brasil exige que olhemos além da cidade de São Paulo, especialmente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que receberam menos investimentos ao longo dos 33 anos de vigência da Lei. Somente na região Norte, nesses dois anos, os investimentos aumentaram 260%. No Nordeste, o crescimento foi de 57%, e no Centro-Oeste, de 117%. No mesmo período, a média nacional de ampliação foi de 41%.

O Minc continua buscando ações de indução de novos investimentos nas regiões historicamente menos favorecidas com a Lei, mediante o diálogo com agentes culturais e investidores, de forma a promover um melhor equilíbrio na distribuição desses recursos tão imprescindíveis para o desenvolvimento da cultura brasileira. ■

Henilton Menezes é secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura



Wikimedia Commons

# Trump liga para Putin em reunião com europeus, e Lula recebe telefonema do líder russo

Encontros em Washington, no Alasca e ligação a Lula evidenciam nova etapa das negociações sobre a guerra na Ucrânia, com tentativas de cessar-fogo e atuação do Brasil no Grupo de Amigos da Paz

Fernanda Otero

**L**íderes da França, Alemanha, Finlândia, Itália e Reino Unido, além da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e do secretário-geral da OTAN, Mark Rutte, reuniram-se nesta segunda-feira na Casa Branca com

o presidente dos EUA, Donald Trump, e o ucraniano Volodymyr Zelensky.

Segundo o premiê britânico Keir Starmer, houve “progresso real” e um “senso de unidade” sobre garantias de segurança à Ucrânia.

O presidente francês Emmanuel Macron afirmou que os EUA se comprometeram a trabalhar com a Europa nesse tema e pro-

pôs encontros entre Putin e Zelensky nos próximos dias, seguidos de uma reunião trilateral com Trump em até três semanas.

O chanceler alemão Friedrich Merz avaliou que há espaço para um cessar-fogo temporário, mas alertou para a complexidade dos próximos passos. Trump, por sua vez, foi cauteloso: “se conseguirmos o cessar-fogo, ótimo”, disse, sem fixar prazos.



## Trump interrompe reunião e fala com Putin

Ainda durante o encontro com os europeus, Donald Trump telefonou para Vladimir Putin. Em coletiva posterior, afirmou que já iniciou “os preparativos para uma reunião, em um local ainda a ser determinado, entre o presidente Putin e o presidente Zelenski”.

Ele acrescentou que, após esse encontro, haveria uma reunião trilateral envolvendo também os EUA.

O Kremlin respondeu apenas que está aberto à ideia de negociações diretas, sem confirmar a proposta.

## Lula conversa com Putin após a cúpula no Alasca

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, na manhã desta segunda-feira (18), um telefonema de cerca de 30 minutos de Vladimir Putin. O líder russo compartilhou detalhes de sua reunião com Donald Trump, realizada em 15 de agosto, em Anchorage, no

**“Todos os esforços que conduzam a uma solução pacífica para o conflito” – disse Lula a Putin em telefonema após cúpula no Alasca**

Alasca, e classificou o encontro como “positivo”.

Putin destacou a importância do Brasil no Grupo de Amigos da Paz, articulado com a China para mediar o conflito entre Rússia e Ucrânia.

Lula reafirmou o apoio brasileiro a “todos os esforços que conduzam a uma solução pacífica para o conflito” e desejou sucesso às negociações em andamento.

Segundo o Palácio do Planalto, foi a segunda ligação entre os dois presidentes em menos de duas semanas. No contato anterior, em 9 de agosto, eles já haviam tratado da atuação conjunta no âmbito dos BRICS.

## Cúpula em Anchorage não produz acordo

A reunião entre Trump e Putin no Alasca, a primeira presencial desde o retorno do russo à presidência, durou três horas e foi descrita como “respeitosa e construtiva”. Contudo, não resultou em acordo formal de cessar-fogo ou em um plano de paz.

A ausência da Ucrânia nas conversas gerou críticas de líderes europeus e analistas, que veem risco de enfraquecimento da posição de Kiev diante das negociações diretas entre Washington e Moscou. ■

# Israel conduz campanha de fome deliberada em Gaza, denuncia Anistia Internacional

Relatório da Anistia Internacional denuncia uso da fome como arma de guerra em Gaza; ofensiva israelense já deixou mais de 62 mil mortos desde outubro de 2023

Fernanda Otero

**I**srael está promovendo uma campanha deliberada de fome na Faixa de Gaza ocupada, destruindo de forma sistemática a saúde, o bem-estar e o tecido social da vida palestina.

A denúncia foi feita nesta segunda-feira (18) pela Anistia Internacional, que divulgou novos testemunhos de civis deslocados em situação de extrema carência.

Segundo a organização, os relatos confirmam que a combinação entre fome e doenças não é um efeito colateral das operações militares, mas resultado intencional de políticas implementadas ao longo dos últimos 22 meses.

O objetivo, afirma a Anistia, é impor aos palestinos condições de vida capazes de provocar sua destruição física, caracterizando um processo de genocídio em curso.

## Testemunhos e denúncia internacional

“À medida que as autoridades israelenses intensificam os ataques à Cidade de Gaza e ameaçam lançar uma invasão terrestre em grande escala, os testemunhos

coletados vão além de relatos de sofrimento: configuram uma acusação contundente contra um sistema internacional que, durante décadas, concedeu a Israel uma licença para subjugar os palestinos com quase total impunidade”, afirmou Erika Guevara Rosas, diretora sênior de Pesquisa e Políticas da Anistia Internacional.

De acordo com a pesquisadora, reverter os efeitos das políticas israelenses exige o levantamento imediato e incondicional do bloqueio e a implementação de um cessar-fogo sustentável.

Ela destacou, ainda, que o impacto é devastador sobretudo em crianças, pessoas com deficiência, doentes crônicos, idosos e mulheres grávidas ou lactantes.

Em agosto, o Ministério da Saúde de Gaza registrou a morte de 110 crianças por complicações relacionadas à desnutrição.

## Fome em massa e relatório da IPC

Um alerta publicado em 29 de julho pela IPC (Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar) concluiu que o pior cenário de fome já está em curso e que o número de mortes por inanição tende a aumentar nos próximos meses.

Segundo o documento, os limites de fome foram atingidos em grande parte do território. A combinação de bloqueio, destruição de infraestrutura e ataques sistemáticos transformou a fome em arma de guerra.

## Gaza aceita cessar-fogo negociado no Catar

O governo do Catar confirmou que o Hamas respondeu positivamente a uma proposta de cessar-fogo de 60 dias. Até o momento, Israel não apresentou resposta.

Enquanto isso, a ofensiva israelense prossegue. Ao menos oito pessoas morreram em ataques contra tendas de deslocados em Khan Younis, e outras quatro em Deir al-Balah. Forças israelenses também explodiram casas no sul da Cidade de Gaza e bombardearam o bairro de Tufah. O balanço desde o amanhecer chega a 26 mortos.

Correspondentes da Al Jazeera relataram ainda que forças israelenses explodiram casas no sul da Cidade de Gaza, além de intenso bombardeio no bairro de Tufah, no leste da cidade. O balanço desde o amanhecer chega a 26 mortos.

## Número de mortos segue crescendo

O Escritório de Direitos Humanos da ONU afirmou que Israel não adota medidas suficientes para conter a fome generalizada. O Ministério da Saúde de Gaza confirmou mais três mortes por desnutrição nesta segunda-feira.

Desde o início da guerra, em outubro de 2023, ao menos 62.004 pessoas foram mortas em Gaza e outras 156.230 ficaram feridas, segundo autoridades locais. No ataque liderado pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, em Israel, 1.139 pessoas foram mortas e mais de 200 feitas reféns. ■



Rodrigo Paz (à direita na imagem) e Jorge Quiroga disputarão o segundo turno presidencial na Bolívia; ambos representam a direita e prometem romper com o modelo estatal do MAS

## Bolívia caminha para segundo turno entre candidatos de direita após 20 anos de esquerda no poder

Rodrigo Paz (PDC) e Jorge Quiroga (LIBRE), ambos de direita, avançam ao segundo turno e deixam o MAS, de Evo Morales e Luis Arce, em seu pior desempenho desde 2006

Fernanda Otero

**A**pós duas décadas de hegemonia da esquerda, a Bolívia assiste ao epílogo de uma era após o primeiro turno das eleições presidenciais, encaminhando-se para um segundo turno entre dois nomes da direita: Rodrigo Paz e Jorge Quiroga. Tal guinada indica uma redefinição no panorama econômico do país.

O senador Rodrigo Paz, 57 anos, representando o Partido Democrata Cristão, surpreendeu ao garantir sua vaga no segundo turno, contrariando todas as projeções eleitorais. Ele chega como o mais votado no primeiro turno, com 32,1% dos votos, superando o ex-presidente Jorge Quiroga, que obteve 26,8%.

### Crise interna do MAS e perda de fôlego eleitoral

Especialistas apontam a administração de Luis Arce como um dos principais fatores para o resultado inesperado.

O atual presidente esgotou as reservas em dólares e manteve a política de subsídios a combustíveis, em um cenário de prolongada disputa com Evo Morales pelo controle do Movimento Ao Socialismo (MAS).

A divisão fragilizou a legenda e se refletiu nas urnas: Eduardo del Castillo obteve apenas 3,1% dos votos e o presidente do Senado, Andrés Rodríguez, 8,2%.

Paz e Quiroga possuem propostas convergentes, como a erradicação dos subsídios a combustíveis e a redução de impostos, além de anunciarem uma ruptura com o modelo estatal implementado pelo MAS sob a liderança de Morales. O segundo turno está

marcado para 19 de outubro.

Para o ativista ambiental Juan Marcelo Castro, de Santa Cruz de La Sierra, “o país vive um estado de calma incomum após um processo eleitoral relativamente pacífico e supostamente transparente, apesar do número histórico de mais de 21% de votos nulos”.

Ele também teme que “a baixa qualidade dos candidatos à vice-presidência, Edman Lara (PDC) e Juan Velasco (LIBRE), que se atacam com ameaças, enfraqueça o processo supostamente democrático”.

Castro avalia ainda que o desempenho ruim do MAS representa uma “falta de reconhecimento” da liderança de Evo Morales, mas admite que “embora não estejam completamente perdidos, pode haver uma reorganização à vista até 2030”.

### Quem são os candidatos

Rodrigo Paz Pereira, senador por Tarija, é filho de Jaime Paz Zamora, ex-presidente da Bolívia na década de 1990. Sua ascensão mistura discurso de renovação com herança política tradicional.

Alinhado ao setor empresarial de Santa Cruz de La Sierra, defende políticas econômicas ortodoxas e propostas de centro-direita, distanciando-se das agendas populares ou indígenas.

Jorge Fernando “Tuto” Quiroga Ramírez foi ministro da Fazenda em 1992 e vice-presidente da Bolívia em 1997. Em 2005, ficou em segundo lugar, atrás de Evo Morales.

Se vencer, promete romper relações com Venezuela, Cuba e Irã, mas admite manter a Bolívia nos BRICS pelo vínculo comercial com China e Índia. Também questiona a participação no Mercosul e sugere um acordo com Chile e Argentina para exploração conjunta do lítio. Inspirado no presidente argentino Javier Milei, promete usar uma “motosserra” para cortar gastos públicos. ■



15/08/ 2011

## Instituto Lula é criado em São Paulo

Reunidas em assembleia, na qual o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve presente, acompanhado da ex-primeira-dama Marisa Letícia, 38 pessoas aprovaram, em 2011, o estatuto social da organização.

O principal eixo de atuação do instituto foi definido desde sua criação: a cooperação do Brasil com a África e a América Latina, área em que Lula passou a atuar logo após deixar a Presidência.

Desde o início, Lula assumiu o posto de presidente de honra da entidade. Na primeira diretoria estiveram Clara Ant, arquiteta e ex-deputada federal; Luiz Dulci, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; José de Filippi Júnior, deputado federal; e Paulo Vannuchi, ex-ministro da Secretaria Especial de Direitos

Humanos.

A entidade, suprapartidária, não tem fins lucrativos e mantém independência em relação a estados, partidos políticos ou organizações religiosas. No estatuto social, aprovado em 2011, constam atividades como realização de congressos, debates, cursos, pesquisas e convênios, além da publicação de estudos e da manutenção e disponibilização do acervo de Lula.

### Compartilhar experiências

Na ocasião de sua criação, Lula declarou que não seria justo parar de trabalhar após oito anos na Presidência e os resultados alcançados.

“Fico pensando se é justo parar por aqui ou se devemos levar o acúmulo de experiência que adquirimos para ajudar outros lugares”, afirmou na época. O exercício pleno da democracia e a inclusão social aliada ao desenvolvimento econômico, principais realizações de seu governo, são até hoje os princípios que o instituto busca estimular em outros países.

“Em todos os debates que participo, as pessoas querem saber o que nós fizemos para ter 40 milhões de pessoas ascendendo de classe social e para tirar 28 milhões da miséria absoluta”, relatou Lula em 2011.

Ainda segundo o ex-presidente, a estratégia do instituto é aproximar-se de outros países como parceiro, sem impor uma “cartilha” pronta. “Não podemos entrar na África de forma predatória, sem gerar emprego, sem gerar renda. Os brasileiros precisam ter um comportamento sadio, produtivo”,

disse na fundação da entidade.

### Memorial da Democracia

Outra meta anunciada desde o início foi a construção de um museu para contar a história do Brasil a partir da experiência dos movimentos sociais. Batizado de Memorial da Democracia, o projeto foi concebido inspirado no Museu da Língua Portuguesa e no Museu do Futebol.

### Dois décadas de história

Na reunião de 2011, o economista Pedro Paulo Martoni Branco fez uma retrospectiva do Instituto Cidadania, criado em 1990 por Lula, acadêmicos, sindicalistas e participantes de movimentos sociais para elaborar projetos e políticas públicas voltadas ao fortalecimento do Brasil.

Foi no Instituto Cidadania que Lula discutiu e elaborou propostas de políticas públicas com a sociedade antes de ser eleito presidente em 2002. Entre suas iniciativas nos anos 1990 estiveram o Governo Paralelo e as Caravanas da Cidadania.

Do instituto saíram projetos que se transformaram em políticas públicas no governo Lula: o Projeto Moradia inspirou o Ministério das Cidades e programas habitacionais e de saneamento básico; o Projeto Segurança Pública deu base ao Sistema Único de Segurança Pública; o Projeto Energia Elétrica concebeu as diretrizes do programa energético nacional; o Projeto Reforma Política contribuiu para propostas legislativas; e o Projeto Fome Zero originou o programa federal de segurança alimentar, posteriormente integrado ao Bolsa Família.



17/08/1962

## CGT é criado para unificar sindicatos

Com forte influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é criado, no 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), central sindical de orientação progressista e nacionalista e comprometida com a bandeira do retorno ao presidencialismo. Em contrapartida, exige do presidente João Goulart o fim da Lei de Segurança Nacional, extensão do voto a todos os adultos (inclusive

analfabetos e soldados), aumento de 100% no salário mínimo e reformas agrária e bancária.

O CGT unificaria a ação de diversas entidades de articulação sindical criadas ao longo da década de 1960. Já no mês seguinte ao de sua criação, decretaria uma greve geral, reivindicando a realização de um plebiscito para decidir a volta do país ao presidencialismo.

Vitorioso no plebiscito, João Goulart assumiria o governo pre-

sidencialista, gerando grande expectativa no comando. As frustrações, porém, não tardariam: o caráter moderado do Plano Trienal inauguraria uma série de conflitos entre a central sindical e o governo. O programa econômico de San Tiago Dantas e do economista Celso Furtado partiria de um forte ajuste fiscal para debelar a crise econômica, e só depois dar início às Reformas de Base.

Na tentativa de empurrar o governo para a esquerda, o CGT radicalizaria as mobilizações, mas não conseguiria sanar o principal problema para a realização das reformas: a resistência de uma parcela significativa do PSD no Congresso.

Nas vésperas do golpe de 1964, o CGT apoiaria a greve dos sargentos e integraria a Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel Brizola, reaproximando-se de Jango. O golpe, todavia, já estava a caminho. E a central sindical seria uma das primeiras vítimas dos militares, que o extinguiriam.

15/08/1969

## Guerrilha solta voz na rádio nacional

Militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) tomam os transmissores da Rádio Nacional em São Paulo e divulgam manifesto de Carlos Marighella intitulado “Ao Povo Brasileiro”. Tendo ao fundo o som do Hino Nacional, a gravação anuncia que o texto era de autoria do ex-deputado do PCB e líder guerrilheiro. O manifesto conclamava o povo a derrubar a ditadura. Na meia hora em que a estação esteve sob controle da ALN, a gravação foi repetida mais uma vez. No mesmo dia, o jornal paulistano “Diário da Noite” publicou em sua segunda edição o

texto integral do manifesto.

Para realizar a ação, os militantes decidiram não ocupar o estúdio da rádio, que ficava no centro de São Paulo, mas sim a estação transmissora, localizada numa região afastada no município de Diadema. Segundo registrou o jornalista Mário Magalhães em seu livro “Marighella: O Guerrilheiro que Incendiou o Mundo”, naquele horário (8h30 da manhã) o sinal da rádio alcançaria um raio de 600 quilômetros.

No manifesto lido pelo militante Gilberto Luciano Belloque, Marighella repudia a acusação falsa

de que a ALN seria responsável por incêndios recentes em três emissoras de TV, que ele classificou como “contra os revolucionários”. O texto listava ainda as prioridades da guerra revolucionária, que incluíam: derrubar a ditadura e anular todos seus atos; expulsar os norte-americanos do país, expropriando suas empresas, seus bens e os de seus colaboradores; acabar com o latifúndio; acabar com a censura e retirar o Brasil da condição de satélite da política externa dos Estados Unidos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)

[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE  
FORMAÇÃO  
ESCOLA  
NACIONAL DE  
FORMAÇÃO

**NAPPs**

**NOPPE**  
Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Políticas Sociais



Centro de  
Documentação e  
Pesquisa Política  
Sérgio Buarque  
de Holanda